



SUMARIO

ALADI/CR/Ata 300
Sumário
21 de agosto de 1990

RESERVADO

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.170).
 - 1) Projeto de regulamento dos Conselhos Setoriais (ALADI/CR/PR 79/Rev. 1).
 - 2) Integração do Fundo de capital de trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorandum 83.5).
 - 3) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/VII/90 (ALADI/SEC/dt 4.113).
 - 4) Antecedentes e agenda comentada para a terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações (ALADI/SEC/di 365).
3. Consideração das atas correspondentes às 267a. e 293a. sessões.
4. Convocação da terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações (ALADI/SEC/Proposta 102 e ALADI/SEC/di 365).
5. Projeto de regulamento dos Conselhos Setoriais (ALADI/CR/PR 79/Rev. 1).
6. Elementos para a convocação das Conferências de Avaliação e Convergência previstas na Resolução 22 (V).

APROVA-SE.

Ponto 5 da ordem do dia.

APROVAM-SE.

APROVA-SE o Acordo 123, sobre "Convocação e agenda da terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações".

APROVA-SE a Resolução 122, sobre "Regulamento dos Conselhos Setoriais".

Na próxima sessão será apresentada a proposta concreta de datas para essas convocações; nessa oportunidade a Secretaria apresentará um documento revisado com base no tratado nesta sessão.

//

7. Plano de ação para o triênio 1990-1992 (ALADI/SEC/dt 220). O tema passa para um grupo de trabalho.
8. Relatório sobre o sistema de computação. Adiado até a próxima sessão.
9. Relatório sobre as reuniões às quais assistiu a Secretaria-Geral. O Senhor Secretário-Geral informa sobre sua participação da reunião realizada em Bogotá, sobre "Integração e Democracia".
10. Outros assuntos.
-



APROVADA

NA

308

a. Sessão

ALADI/CR/Ata 300
21 de agosto de 1990
Horas: 10h 35m às 13h 25m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.170)
 - 1) Projeto de regulamento dos Conselhos Setoriais (ALADI/CR/PR 79/Rev.1).
 - 2) Integração do Fundo de capital de trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorandum 83.5).
 - 3) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/VII/90 (ALADI/SEC/dt 4.113).
 - 4) Antecedentes e agenda comentada para a terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações (ALADI/SEC/di 365).
3. Consideração das atas correspondentes às 267a. e 293a. sessões.
4. Convocação da terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações (ALADI/SEC/Proposta 102 e ALADI/SEC/di 365).
5. Projeto de regulamento dos Conselhos Setoriais (ALADI/CR/PR 79/Rev. 1).
6. Elementos para a convocação das Conferências de Avaliação e Convergência previstas na Resolução 22 (V).

7. Plano de ação para o triênio 1990-1992 (ALA-DI/SEC/dt 220).
8. Relatório sobre o sistema de computação.
9. Relatório sobre as reuniões às quais assistiu a Secretaria-Geral.
10. Outros assuntos.

Preside:

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Assistem: Maria Esther Bondanza, Arturo Hotton Risler, Alberto Agustín Coto, Gabriel Martínez e Eduardo Michel (Argentina); René Mariaca Valdez (Bolívia); Rubens Antonio Barbosa, Paulo Roberto de Almeida, Vera Lúcia dos Santos Caminha Campetti, Paulo César Camargo, Bruno de Risios Bath e Carlos A. Michaelson den Hartog (Brasil); Patricia Dávila de Navas (Colômbia); Raimundo Barros Charlin, Manuel Valencia Astorga e Rodrigo Quiroga Cruz (Chile); Fernando Ribadeneira e Roberto Proaño (Equador); Andrés Falcón Mateos, Dora Rodríguez Romero, José Pedro Pereyra Hernández, Jorge Ramírez Guerrero e Adolfo Treviño Ordorica (México); Antonio Félix López Acosta, Santiago Alberto Amarilla Vargas e Herminia Margarita Genes de Aranda (Paraguai); Pablo Portugal Rodríguez (Peru); Néstor Cosentino, Luis Bermúdez Alvarez e Germaine Barreto Amundarain (Uruguai); Santos Sancler Guevara e Pedro Elias Revollo Salazar (Venezuela).

Secretário-Geral: Jorge Luis Ordóñez Gómez

Subsecretário: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Subsecretário: Jorge Cañete Arce.

Secretaria: Juan Mario Vacchino e Juan Francisco Rojas.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia provisória.

Não havendo observações, APROVA-SE.

/sm

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.170).

PRESIDENTE. No documento de referência que os Senhores Representantes têm nas pastas, registram-se os documentos que corresponde dar entrada na presente sessão.

- 1) Projeto de Regulamento dos Conselhos Setoriais (ALADI/CR/PR 79/Rev.1).
- 2) Integração do Fundo de capital de trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorandum 83.5).
- 3) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/VII/90 (ALADI/SEC/dt 4.113).
- 4) Antecedentes e agenda comentada para a terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações (ALADI/SEC/di 365).

3. Consideração das atas correspondentes às 267a. e 293a. sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

4) Convocação da terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações (ALADI/SEC/Proposta 102 e ALADI/SEC/di 365).

PRESIDENTE. A Proposta 102 já foi submetida a consideração na passada reunião do Comitê.

A Secretaria apresentou no documento ALADI/SEC/di 365 os antecedentes e uma agenda anotada.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, nossa Representação está em condições de aprovar esta convocação, segundo o proposto pela Secretaria-Geral, em Caracas, Venezuela, em 20 e 21 de setembro.

Não obstante, Senhor Presidente, se a maioria quiser mudar de lugar, acompanhá-lo-íamos.

PRESIDENTE. Se não houver outras observações, submete-se a votação.

Os que estejam pela afirmativa, sirvam-se pronunciar.

Vota-se: Oito votos. Afirmativa.

Pela negativa?: Zero voto.

Abstenções?: Três votos.

Portanto, o Comitê de Representantes APROVA o seguinte

"ACORDO 123

O COMITE DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O artigo quinto da Resolução 61.

CONSIDERANDO O convite enviado pelo Fundo de Financiamento das Exportações para que se realize na cidade de Caracas, Venezuela, nos dias 20 e 21 de setembro de 1990.

PRIMEIRO. Convocar a terceira reunião do Conselho Assessor de Financiamento das Exportações a ser celebrada na cidade de Caracas, Venezuela, os dias 20 e 21 de setembro de 1990.

SEGUNDO.- Aprovar, para essa reunião, a seguinte

AGENDA

1. Relatório sobre as resoluções adotadas pelo Conselho de Ministros da ALADI em sua quinta reunião.
 2. Avaliação das ações de cooperação em matéria de financiamento das exportações no âmbito da ALADI.
 3. Exame da iniciativa de constituição de um fundo regional para o financiamento das exportações. Avanços no esquema de apoio financeiro BLADEZ-BID.
 4. Análise de modalidades e instrumentos não convencionais para o financiamento do comércio e avaliação do projeto de criação de mercados secundários bursáteis para apoio deste tipo de financiamento.
 5. Relatório sobre a iniciativa para o estabelecimento de uma rede regional de informação financeira.
 6. Identificação de atividades para o biênio 1991-92 de cooperação regional na área de financiamento do comércio e do seguro de crédito."
5. Projeto de Regulamento dos Conselhos Setoriais (ALADI/CR/PR 79/Rev.1.

PRESIDENTE. Pediria à Secretaria que apresentasse o documento que sofreu modificações na última sessão.

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). Senhor Presidente, realmente é pouco o que a Secretaria poderia acrescentar ao manifestado no documento.

Temos incorporado cada uma das observações formuladas para colocar por escrito o texto de consenso surgido na passada reunião.

Basicamente, isso se pode ver no artigo quarto, na nova redação do sétimo, do décimo e do décimo primeiro. Creio que reproduz o resolvido na Sala na última reunião.

/sm

PRESIDENTE. Está em consideração.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, para aperfeiçoar o projeto de resolução do documento ALADI/CR/PR 79/Rev.1, permitimo-nos fazer a seguinte proposta que inclusive temos distribuído para os Senhores e que estão nas suas pastas.

A primeira sugestão, Senhor Presidente, é acrescentar como último parágrafo do artigo quarto: "Cada Conselho fixará a periodicidade de suas reuniões".

Esta proposta é, Senhor Presidente, devido a que na operatividade dos Conselhos Setoriais, muitos Conselhos determinarão sua periodicidade; haverão temas que requererão continuidade e esta previsão permite essa ação.

Gostaríamos de ouvir opiniões sobre isto, Senhor Presidente. Obrigado.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, a respeito da proposta da emenda aditiva da Representação do México, devo manifestar que como Presidente do grupo que tratou esta questão, consideramos que não seria oportuno incluir no regulamento, como regra, uma periodicidade de reuniões porque isso limitaria a liberdade do Comitê de Representantes para convocar um determinado Conselho Setorial quando o considerasse necessário. E, por outro lado, atuaria também como uma espécie de camisa de força sobre as atividades de cada Conselho específico porquanto ele mesmo deveria julgar sobre a oportunidade e a conveniência de se reunir tantas vezes, como fossem necessário, seja duas ou três vezes por ano ou também em períodos muito mais longos.

Então minha Representação, considerando também o consenso surgido em nível do grupo de trabalho, é da opinião que não seria conveniente incluir este aditivo no projeto atual de regulamento.

PRESIDENTE. Está em consideração e passaríamos a votar esse projeto de resolução agora.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, devido às reações de alguma Representação sobre isto, embora seja uma preocupação de nossa Representação não faremos questão nisso.

A outra proposta, Senhor Presidente, refere-se a acrescentar no último parágrafo do artigo quinto o texto seguinte: "Poderão assistir em caráter de observadores às reuniões dos Conselhos, peritos ou representantes de organismos ou países observadores, segundo iniciativa de algum dos membros do Conselho da Secretaria-Geral, prévia consulta com o Conselho.

Senhor Presidente, esta proposta é para fortalecer a ação dos Conselhos com a presença de observadores devido a que em muitos Conselhos Setoriais, a participação dos organismos internacionais pode ser muito positiva.

/sm

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, apesar de que este ponto específico não foi abordado durante as reuniões do Grupo de trabalho, considero pessoalmente que é um ponto sumamente positivo sobretudo na medida em que a ALADI, está reforçando seu trabalho cooperativo com outros órgãos regionais.

Podemos então dar nosso apoio a uma proposta que consideramos muito positiva.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). No mesmo sentido, Senhor Presidente. Somente não coincidimos em acrescentá-lo como último parágrafo do artigo quinto. Creio que a natureza do artigo quinto se refere, fundamentalmente, à composição das delegações e a sua acreditação. Talvez deveria ser um artigo separado.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, achamos a idéia saudável e como o manifestou o Senhor Representante do Peru cremos que não coincide exatamente com o artigo quinto e sem ser categórico na apreciação, pareceria estar inserido no artigo sétimo. Creio que seria o sitio onde melhor caberia.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Sim, Senhor Presidente, concordamos em que poderia ser ubicado depois do artigo sétimo ou um artigo específico.

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). A titulo de reflexão, olhem que o artigo sétimo fala da natureza das sessões, se serão públicas ou privadas. Entretanto, isto é um elemento prévio, é a participação nas reuniões. Com a convocação apareceria a possibilidade de convidar outras entidades para participar.

PRESIDENTE. Há um consenso para introduzir nesse parágrafo. Então, a Secretaria veria se seria incluído no sexto ou no sétimo artigo ou onde ficaria melhor.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, uma última reflexão. Gostaríamos de conhecer como ficaria - ao ser aprovado este projeto de resolução que estamos em condições de aprová-lo - é conveniente refletir em que situação ficaríamos os demais Conselhos que até agora são órgãos auxiliares do Comitê de Representantes. Segundo nossos antecedentes há cinco Conselhos e sim gostaria de ter agora uma opinião da Secretaria-Geral para saber em que situação ficaríamos estes cinco Conselhos que agora são órgãos auxiliares do Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Acho melhor primeiro terminar com este assunto. Se houver vontade política de regulamentar os Conselhos Setoriais esse seria outro assunto a tratar posteriormente. A Presidência se inclinaria por proceder à votação, previamente, após a Secretaria informar hoje ou em outra oportunidade sobre as consequências dos trabalhos dos outros Conselhos.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, evidentemente que este tema é automático no sentido de que a resolução referente aos observadores permite assistir por iniciativa

própria a todos os órgãos da Associação, não somente aos Conselhos Setoriais. De maneira que está em concordância com essa resolução e "stricto sensu" consistiria em uma redundância. Por isso creio que apesar disto poderia ser incluído, embora não seja necessário porque já se consagra esse direito. Os observadores podem participar em todos os órgãos da Associação salvo que seja disposto o contrário. De tal maneira que isto rege para os Conselhos Setoriais, os órgãos auxiliares, os órgãos da Associação, etc.

Queria fazer esse comentário que creio que vai ao encontro da preocupação da Representação do México.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, entendimos que sobre o texto dos observadores se faria uma redação para que ficasse explicitamente manifestado. Sobre a proposta do Senhor para que uma vez aprovada a resolução, hoje, dos Conselhos Setoriais, depois se faça um comentário sobre a situação em que ficariam os Conselhos agora em vigor, estamos de acordo mas sim rogaríamos que hoje fosse tratada a situação em que ficariam os demais Conselhos, após aprovada a resolução.

PRESIDENTE. Então passamos à votação do projeto de resolução com a inclusão deste texto proposto pelo México no artigo sexto ou sétimo, que a Secretaria estudará para que fique melhor adequado, da maneira melhor expressa.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, na sessão anterior propusemos acrescentar uma letra no artigo terceiro que permitiria, no âmbito destes Conselhos, aos países coordenar sua ação perante terceiros países, organismos internacionais, reuniões internacionais. A coordenação pode traduzir-se em ações de cooperação. Trata-se de ter critérios comuns para ir "cozinhados" para as reuniões internacionais, que não necessariamente visem para uma ação de cooperação. A palavra cooperação restringe a idéia que creio que teve consenso aqui. Pode ser precisamente para procurar uma confrontação, não necessariamente uma cooperação. A palavra "cooperação" debilita um pouco a proposta.

Representação da ARGENTINA (María Esther T. Bondanza). Proporia justamente na mesma ordem de idéias, porque resulta um pouco confuso, talvez tirar "de cooperação". "Desenvolver ações" fica muito mais amplo.

PRESIDENTE. Ia sugerir isso justamente. Eliminar "de cooperação horizontal" "Coordenar atividades entre as entidades nacionais".

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). Não, a eliminação seria na letra e), "Desenvolver ações perante terceiros países e organismos internacionais".

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, considero um pouco difícil poder acompanhar a letra, se não está definido que tipo de ações são as que desenvolverão os membros perante terceiros países e organismos internacionais. É muito ampla a conceição de desenvolver, mas quais? ou que?, que são

/sm

referidas a suas funções, às atividades próprias do Conselho, enfim, mas nessa forma é muito difícil para mim, se não estiver determinado que tipo de ações.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, por que não deixamos promover a consulta e a coordenação entre seus membros perante terceiros países e organismos internacionais? Em nenhum momento, nossa idéia foi desenvolver ações. Promover uma consulta e coordenação perante terceiros.

Trata-se, simplesmente, de ter, antes, uma instância de coordenação e consulta. Ou seja, promover a consulta, coordenação de seus membros perante os terceiros países e os organismos internacionais.

E tampouco era nossa idéia restringir isto. Porque perante terceiros países e organismos internacionais, podem ser reuniões internacionais que não tenham natureza jurídica de organismos, por exemplo o grupo CAIRNS, não é um organismo nem um terceiro país, é uma reunião internacional. Nossa idéia foi restringida notavelmente com esta redação.

Diria: "Promover a consulta e coordenação entre seus membros perante terceiros países, reuniões e organismos internacionais". "Foro", porque não necessariamente alguns deles são organismos. Não têm natureza de organismos.

PRESIDENTE. Então como ficaria a redação?

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). Diria: "Promover a consulta e a coordenação entre seus membros perante terceiros países, reuniões e organismos internacionais. "Melhor seria: "... perante terceiros países e reuniões e organismos internacionais".

PRESIDENTE. Bem, então com o acréscimo da proposta do México e com a modificação do artigo terceiro, letra e) conforme o anunciado, o projeto seria submetido a votação.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, não temos inconveniente em acompanhar a modificação proposta, mas nos preocupa um pouco incorporar "reuniões". Porque aí entramos outra vez na parte de qualificação de que reuniões. Porque pensamos que se fosse a promoção de consulta e coordenação perante terceiros países seria para alguma reunião determinada, supomos, ou para alguma atividade definida. O mesmo para os organismos internacionais, chame-se GATT ou algum outro. Então em alguma reunião realizada por estes organismos internacionais seria que promoveríamos uma consulta e a coordenação para atuar de maneira mais ou menos coordenada, essa é a idéia que visa o parágrafo. Por isso nos parece que com dizer "terceiros países e organismos internacionais" seria suficiente e evitaríamos o elemento interpretativo de "reuniões".

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). A sugestão seria colocar a expressão "reuniões" pela de "foros".

Então ficaria: "Promover a consulta e a coordenação entre seus membros perante terceiros países, foros e organismos internacionais".

PRESIDENTE. Alguma outra observação sobre o texto?

Se não houver nenhuma outra observação, então, passaremos à votação.

Os que estiverem a favor, manifestem-se, por favor. Pela afirmativa?

Vota-se: Unanimidade. Afirmativa.

Portanto, o Comitê de Representantes aprova a seguinte

"RESOLUÇÃO 122

O COMITE DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os artigos 35, letra o) e 42 do Tratado de Montevideu 1980 e o artigo segundo da Resolução 21 (V) do Conselho de Ministros,

RESOLVE:

Aprovar o seguinte

REGULAMENTO DOS CONSELHOS SETORIAIS

PRIMEIRO.- Os Conselhos Setoriais (doravante os Conselhos) são órgãos encarregados de promover e desenvolver ações coordenadas com vistas a obter uma crescente harmonização de políticas de apoio ao processo de integração.

SEGUNDO.- Os Conselhos estarão integrados pelos Ministros, Secretários de Estado ou máximas hierarquias responsáveis pelas respectivas áreas.

TERCEIRO.- Os Conselhos empreenderão ações e adotarão acordos nas áreas de sua competência com o objetivo de impulsar o processo de integração.

Para esses efeitos terão as seguintes incumbências e facultades:

- a) Promover a celebração de acordos de alcance regional ou de alcance parcial em áreas de sua competência;
- b) Enviar ao Comitê de Representantes propostas de ação e outras medidas para sua respectiva implementação, nos casos que assim corresponder;

374

- c) Facilitar o funcionamento dos acordos ou mecanismos de caráter setorial que forem estabelecidos nas respectivas áreas de competência.
- d) Promover a colaboração entre seus membros para desenvolver ações nas áreas de sua competência e coordenar atividades de cooperação horizontal entre as entidades nacionais especializadas;
- e) Promover a consulta e a coordenação entre seus membros perante terceiros países, foros e organismos internacionais; e
- f) Solicitar à Secretaria-Geral, através do Comitê de Representantes, a realização de estudos e trabalhos técnicos setoriais.

QUARTO.- Os Conselhos serão convocados pelo Comitê de Representantes por iniciativa dos países-membros interessados ou por proposta da Secretaria-Geral.

Outrossim o Comitê de Representantes poderá convocar Conselhos compostos por Ministros ou máximas autoridades de diferentes áreas com a finalidade de considerar de maneira coordenada programas e ações relacionados com essas áreas.

Juntamente com a convocação, o Comitê proporá aos membros do Conselho uma agenda provisória contendo as matérias que a originam.

QUINTO.- Os países-membros determinarão a composição das delegações que assistirão às reuniões de cada Conselho. As creditações serão feitas através das Representações Permanentes.

Essa creditação será depositada na Secretaria-Geral e comunicada ao Conselho respectivo em sua sessão de abertura.

SEXTO.- As reuniões dos Conselhos poderão assistir representantes ou peritos de organismos especializados e países observadores.

SETIMO.- As reuniões dos Conselhos poderão estar precedidas de reuniões técnicas preparatórias que serão convocadas pelo Comitê de Representantes.

Os Conselhos poderão formar Grupos de Trabalho para tratar assuntos que facilitem suas incumbências específicas, os quais serão coordenados pela Secretaria-Geral.

OITAVO.- Cada Conselho determinará, seja de modo geral no início do período de sessões, seja em particular para cada sessão, o caráter público ou privado das mesmas. Durante as sessões qualquer um de seus membros poderá solicitar como medida de prévio e de especial pronunciamento, a determinação ou modificação do caráter público ou privado daquelas.

NONO.- Na primeira sessão serão eleitos um Presidente e dois Vice-Presidentes, será aprovada a agenda e será fixado o regime de trabalho.

DEZ.- Serão atribuições do Presidente ou dos Vice-Presidentes, em sua ausência:

/sm

- a) Abrir e encerrar sessões;
- b) Dirigir os debates; e
- c) Submeter à consideração do Conselho respectivo e a votação, se for o caso as moções e anunciar seu resultado.

ONZE.- A Secretaria-Geral prestará assistência necessária aos Conselhos e atuará como Secretaria de suas reuniões. Para esses efeitos, preparará a agenda provisória das reuniões e distribuirá a documentação básica, através das Representações com a antecipação que for estabelecida em cada convocatória.

TREZE.- Os Conselhos farão constar suas deliberações em uma Ata final, que conterà um resumo dos trabalhos realizados e os acordos a que se chegou. A Ata será subscrita pelos Chefes das delegações acreditadas em cada reunião e pelo Secretário-Geral ou pelo Subsecretário da Associação que o represente.

QUATORZE.- Com a finalidade de que o Comitê de Representantes adote as disposições que corresponda, os Conselhos lhe comunicarão os resultados das reuniões realizadas e as ações acordadas.

PRESIDENTE. Pergunto se agora a Secretaria estaria em condições de atender a solitação do México.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, os Conselhos que estão criados e aos quais fazia referência o Senhor Representante do México são: o Conselho Financeiro e Monetário, o Conselho de Transporte para a Facilitação do Comércio, o Conselho Assessor de Turismo e o Conselho Assessor Empresarial.

Neste momento não temos uma opinião formada da Secretaria, temos opiniões pessoais. Creio que deveríamos ver caso por caso, Senhor Presidente, e resolver no Comitê o que se faz com cada um deles. São quatro casos que devemos estudar isoladamente.

Evidentemente, por exemplo, o Conselho Assessor Empresarial deveria seguir com sua natureza e sua individualidade, tal como a conhecemos atualmente. Os outros três Conselhos que são de caráter estadual, inter-estaduais, poderiam ser transformados para Conselhos Setoriais. Mas pensamos que poderia dar-se um tratamento individual para cada caso e após ser discutido em um Comitê.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Compartilhando da preocupação do Senhor Representante do México, deixaria para a próxima sessão este debate, Senhor Presidente. Não estamos preparados para entrar agora nele.

PRESIDENTE. Então passamos para o ponto seguinte da agenda, aceitando a manifestação do Chile e tendo presente a preocupação do México para que em uma nova reunião discutamos esse assunto.

6. Elementos para a convocação das Conferências de Avaliação e Convergência previstas na Resolução 22 (V).

PRESIDENTE. A Secretaria tramitou o documento 350 que foi repartido entre todas as representações.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, fizemos uma análise preliminar deste documento e gostaríamos de comunicar-lhes algumas observações específicas, para ter depois maiores elementos de análise da Secretaria ou de algumas outras Representações sobre esta matéria.

Segundo nossa opinião no ponto 2 da agenda da Conferência Ordinária, "Exame do funcionamento do processo de integração", no ponto 2.1, "Mecanismos comerciais", notamos a falta de alguma referência específica ao PREC que considero importante incluir, em um exame do funcionamento do processo, este Acordo Regional que apesar de não ter ainda, lamentavelmente, uma vigência em nível dos onze países que subscreveram o Acordo Regional, sim há elementos que seria importante que a Conferência examinasse.

A seguir, no tocante ao ponto, dentro do mesmo ponto 2.1, na letra b), onde diz "Acordos de alcance regional" e depois estão as listas de abertura de mercados em favor da Bolívia, do Equador e do Paraguai. Nossa opinião, quanto a este tema, é que seja tratado previamente na Conferência Extraordinária, que tem por finalidade específica a avaliação dos resultados do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, mas cremos que deveria ser eliminado da Conferência Ordinária ou, simplesmente, que fosse tratado como um relatório que se faz para a Conferência dos resultados da anterior.

Não sei se do ponto de vista das normas regulamentares da Conferência isso é pertinente ou não. Gostaria, nesse sentido, de escutar a opinião da Secretaria. Mas não considero adequado tratar, como negociação os dois temas dentro das duas Conferências, levando em conta que uma delas tem uma finalidade específica.

Também, no próprio ponto 2.1, achamos interessante tratar um ponto, incluído na agenda ou no projeto de agenda da Conferência Extraordinária, no ponto 1 b) que diz: "normas vinculadas à preservação das preferências, à eliminação de restrições não tarifárias e à aplicação de salvaguardas em casos justificados". Ou seja que esta matéria, que está indicada especificamente para os acordos de alcance regional em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, também poderia ter uma aplicação menos restrita ser incluída também quando forem tratados os mecanismos comerciais de alcance regional em que participem os onze países ou inclusive nos acordos de alcance parcial. Ou seja sugeriria-mos incluir um ponto no final, a seguir os acordos de alcance parcial, e um ponto que dizesse: "normas relativas à preservação das preferências e à eliminação de restrições não tarifárias. No ponto 2.1 da Conferência Ordinária, ficaria como 2.1, uma letra seria o d), acho, salvo que fosse eliminada a letra b). E seria acrescentado algo também nesse ponto sobre o PREC.

/sm

-Assume a presidência o Senhor Representante da Bolívia, Embaixador René Mariaca Valdez.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Referir-me-ei agora especificamente ao projeto de agenda da Conferência Extraordinária.

O ponto 4 diz: "Adoção de medidas para a aplicação mais efetiva do Sistema de Apoio". cremos que se se trata de fazer uma avaliação das medidas de apoio para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, o título desse ponto, manifestaria um juízo adiantado de que atualmente a aplicação não é tão efetiva. É provável que seja assim, mas como se faria um processo de avaliação, seria importante que se determinasse se essa avaliação foi ou não efetiva e recomendassem as medidas para fazê-la mais efetiva, caso assim fosse determinado.

Portanto, sugeriríamos eliminar "mais efetivo".

E depois, na letra a) desse mesmo ponto 4, diz: "Ampliação ou eliminação de quotas contempladas nas listas de abertura de mercados". Se vemos a resolução aprovada pelo Conselho de Ministros recentemente sobre esta matéria se acordou, não tenho o texto neste momento, que a ampliação ou eliminação de quotas fosse através de um programa ou um processo de negociação. De maneira que gostaríamos de que na redação de este tema fosse colocado, tal como está colocado na letra b) "Programa para a regionalização progressiva...", por exemplo, "Programa de negociações para a ampliação ou eliminação de quotas contemplados nas listas de abertura de mercados".

Como disse anteriormente, isto é uma análise preliminar de projeto de agenda e nos reservariamos algumas outras observações para mais adiante no debate.

PRESIDENTE (René Mariaca Valdez). Creio que é pertinente que demos passo à Secretaria-Geral para que vá respondendo especialmente os dois primeiros pontos da Representação do Chile, relacionados com o ponto 2.1.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, isto não corresponde à Secretaria. Esta é uma decisão que deve tomar o Comitê, se o tema referente à Conferência Extraordinária de Avaliação e Convergência seria incluído ou não. Antes de que a Secretaria responda, seria melhor que o Comitê decidisse.

PRESIDENTE. Vamos explicitar, então, o requerimento à Secretaria-Geral. A Representação do Chile manifesta que o ponto 2.1 d) no tocante às listas que também se repetiriam na Conferência Extraordinária. Para conhecimento e para que haja um debate em sala, a Secretaria-Geral poderia orientar-nos sobre o por quê os mesmos títulos e denominações, etc, figuram em ambas as Conferências.

SECRETARIA (Juan Francisco Rojas). Pois não, Senhor Presidente.

Quanto aos dois pontos manifestados pela Representação do Chile, em primeiro lugar as listas de abertura de mercados foram incorporados nessa parte da agenda devido a que o primeiro mandato que tem a Conferência de Avaliação e Convergência, conforme assinado na letra a) do artigo 33, diz: "Examinar o funcionamento do processo de integração", implica, necessariamente, uma revisão completa do instrumental colocado em andamento ou colocado em prática para a implementação do processo. Por isso é motivada a inclusão deste tema na reunião Ordinária. E também na Extraordinária, porque faz referência diretamente com a participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Além de que as listas de abertura de mercados são parte do sistema de apoio para os países de menor desenvolvimento, também são parte desse sistema de apoio ao Tratado de Montevideu e o Tratado da vida jurídica ao processo de integração. E por isso que este ponto foi incorporado na agenda.

Quanto ao PREC, Senhor Presidente, não desejaria com minha intervenção criar novamente uma discussão sobre se o PREC existe ou não. O PREC para nós, os que estamos trabalhando na avaliação dos diferentes mecanismos do processo, é impossível de avaliar. Resulta-nos impossível de avaliar porque com um ano de vigência não poderíamos medir, do ponto de vista estatístico, nenhum impacto que pudesse ter este programa sobre o desenvolvimento do processo de integração. Além disso, é um acordo de alcance regional. Repito, não desejo entrar em uma discussão. É um acordo de alcance regional mas que na prática o que existe é uma espécie de acordo de alcance parcial, na prática, embora juridicamente haja elementos que conduzem a pensar que há uma vigência do programa, que eu não gostaria de discutir, não teria muito sentido pois já houve uma discussão aqui no Comitê. Do ponto de vista econômico seu impacto é praticamente negativo. Ou seja, não é negativo nem positivo, nem marginal nem não marginal; simplesmente em um ano de funcionamento teórico do programa estaríamos com uma impossibilidade prática de fazer uma avaliação de algo que na vida real não tem tido maior andamento.

Não sei se com isto fica satisfeita a preocupação da representação do Chile.

PRESIDENTE. Bem, iremos adiantando, certamente, conceitos a esse respeito.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Senhor Presidente, a Representação do Brasil concorda praticamente com todos os pontos levantados pela Representação do Chile.

Gostaria de, além de acrescentar que seria uma sugestão nossa, que no próximo documento dessas duas agendas a ordem das reuniões fosse invertida; entendemos que a Reunião Extraordinária de Avaliação e Convergência será realizada antes da Reunião Ordinária. E por isso não nos parece uma boa idéia que se realizem em forma paralela as duas Conferências como está sugerido aqui no item V da página 5. Preferiríamos que as reuniões fossem realizadas como já está previsto no calendário sugerido pela Associação. Primeiro a Reunião Extraordinária e depois a Ordinária.

Concordamos com o Chile sobre a necessidade de que o PREC seja apreciado em algum ponto da agenda da Reunião Ordinária. E embora não possa fazer-se uma avaliação de seu impacto em termos de comércio, creio que valeria a pena avaliar por que esse acordo, esse instrumento, não deu os resultados que todos esperavam que desse, sobretudo porque demandou um longo período de negociação, e ainda está demandando negociações. Creio que valeria a pena um estudo sobre as razões de que esse processo não tenha culminado como todas as representações aqui presentes, imagino, esperavam que culminasse.

Então estou de acordo com o Chile em que esse ponto deve figurar em alguma parte da agenda.

E concordo também com as demais observações do Chile a respeito da transferência da análise da lista de abertura de mercados para a Conferência Extraordinária de Avaliação e Convergência, que entendo vai ser realizada basicamente em benefício dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Nessa reunião poderemos apreciar com muita maior profundidade quais os problemas, quais os benefícios que estas listas proporcionaram a esses países.

Creio que o exame de fundo deveria ser na Conferência Extraordinária e eventualmente, seria feito um relatório e seriam encaminhados os resultados da apreciação da Reunião Extraordinária para a Reunião Ordinária.

Vejo como uma duplicação de esforços desnecessária o tratamento do mesmo tema em duas ocasiões. A Reunião Extraordinária tem competência para decidir o que seja necessário, então não tem por que tratar o tema em duas ocasiões.

Concordo com o Chile também a respeito do ponto 4 da agenda da Reunião Extraordinária de Avaliação e Convergência e seria talvez mais conveniente eliminar as duas palavras "mais efetiva". Vamos deixar que a reunião avalie e nos indique qual o real alcance das medidas estabelecidas em benefício dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Com relação às duas reuniões, gostaríamos de ter, embora de caráter informal em uma próxima sessão, uma manifestação da Secretaria-Geral de que documentos de apoio está preparando para as mesmas em termos de avaliação e, eventualmente de convergência, para que tenhamos uma idéia do que ela tem em mente de modo que possamos fazer alguma sugestão ou tentar, de alguma maneira, orientar seus trabalhos para que se atendam os objetivos que todos os países entendo estão esperando desta reunião que consideramos muito importante.

Creio que por enquanto seria somente isso.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, sim, também como uma reação preliminar sobre o documento apresentado pela Secretaria-Geral, à qual agradecemos a apresentação, coincidimos com todos os aspectos propostos pela Representação do Chile.

Achamos que o mecanismo do PREC deveria figurar toda vez que é um mecanismo sujeito ao aperfeiçoamento em processo de negociação. De alguma maneira é um avanço, é uma linha mais de avanço no processo de integração.

Por outro lado, Senhor Presidente, coincidimos também no sentido de que se crie uma letra no 2.1, o d), que foi manifestado, para mencionar o exame da preservação das preferências e a eliminação das restrições não tarifárias.

É um tema substancial, importante para a Conferência e para os países.

Também, Senhor Presidente, coincidimos com o Representante do Brasil para que a Secretaria no próximo documento mude a apresentação dos projetos de agenda já que primeiro é a Conferência Extraordinária à qual deveríamos abocar-nos para que permitisse uma substância e cumpra com o mandato do Conselho de Ministros para a maior participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo no processo de integração. Nesse sentido, Senhor Presidente, deixamos uma reflexão para que os programas especiais de cooperação, que é um mecanismo fundamental, aqui se menciona, no ponto 1, letra c), "avaliação dos resultados do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo". Mas, Senhor Presidente, não aparece depois nenhuma ação que permita levar para a Associação esses programas especiais de cooperação, que são mecanismos fundamentais para uma maior participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Senhor Presidente, esta reflexão também nos leva para outros aspectos que cremos que talvez seja um mal entendido de nossa Representação. Toda a agenda visa para o ponto 4, como ações da Secretaria-Geral. Primeiro, disse bem o Chile, um processo de negociação da "ampliação ou eliminação das quotas contempladas". Ação que viemos tratando permanentemente, "b) Programa para a regionalização progressiva das listas de abertura de mercados", ação que viemos tratando permanentemente, "c) Programa para a transferência de produtos de acordos de alcance parcial para as listas de abertura de mercados", ação que veio tratando-se permanentemente, "d) Medidas para atenuar os efeitos negativos que incidem no comércio intra-regional dos países de menor desenvolvimento econômico relativo mediterrâneos".

Senhor Presidente, pareceria que este intento de tópico requer apresentar temas onde aterricem melhor as ações em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, que isso fique mais claro e mais transparente em uma agenda ou talvez em uma agenda comentada, que leve as verdadeira ações em favor dos países de menor desenvolvimento.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, estamos de acordo com a proposta do Representante do Brasil e achamos lógico que primeiro, já que estamos juntando as duas Conferências, fosse tratada a Conferência Extraordinária pelos antecedentes da mesma e em segundo término a Ordinária.

/sm

Agora, cremos que uma semana de cinco ou seis dias para tratar por primeira vez a avaliação do processo de integração seria muito pouco. Talvez deveríamos adiá-lo um pouco mais, dez dias ou duas semanas. Porque se é a primeira vez que estamos fazendo este tipo de avaliação, seguramente nossos técnicos tropeçarão com dificuldades para expressar-se em termos positivos em tão pouco tempo. Estaríamos certamente conhecendo as diferentes avaliações individuais de cada um de nossos países e nos demandaria mais tempo.

Quanto às modificações propostas pela Representação do Chile parece oportuno incorporar o programa de Recuperação e Expansão do Comércio, o Acordo do PREC, porque logicamente é um dos mecanismos já implementados, cumprido ou não, em sua totalidade, mas já implementado e funcionando.

Também as normas quanto às cláusulas de salvaguarda, regime específico de origem e demais que deveriam também ser avaliados nesse momento.

No ponto 2.3, falamos de "outros mecanismos". Talvez deveríamos precisar quais outros mecanismos, pelo menos para colocá-los em determinados itens dentro desse ponto para que nossos técnicos apreciassem o que se está considerando.

A respeito da Conferência Extraordinária e da observação proposta por algumas Representações, a primeira é a do Chile, no ponto 4, entendemos que talvez poderia ser uma correção no título, que se fale da adoção de medidas de ajustes para um melhor aproveitamento dos mecanismos previstos no sistema de apoio e não qualificar como serão mais efetivas porque ninguém nos pode assegurar que sim serão mais efetivas. Não somente é prejudicial senão que ao mesmo tempo não sabemos se ao final resultarão todos estes ajustes efetivos.

Essas seriam nossas primeiras observações para esta questão, Senhor Presidente.

Primeiro, lutamos por alguns dias mais para a duração das duas Conferências que irão em sequência uma atrás outra e, em segundo lugar, estamos de acordo com as propostas de nossos colegas Representantes.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Em primeiro lugar, para coincidir com o proposto pela Representação do Brasil no sentido de mudar a ordem das agendas e precisar na página 5, ponto quinto, as datas de ambas a Conferências no sentido de que uma preceda à outra.

Quanto ao manifestado pela Secretaria dos elementos que, a juízo da Secretaria, não incluiriam na avaliação do PREC achamos - e nisso coincidimos com o manifestado pelo Brasil, México e pela Representação do Paraguai - no sentido de que embora o mecanismo não tenha uma vigência plena, sim, haveria elementos como para que a Conferência analisasse justamente essa situação e seria importante

/sm

que a examinasse. Não obstante não existirem elementos quantitativos de comércio para fazer uma avaliação dessa natureza, talvez não seja o ponto quantitativo o que interessa senão justamente os outros elementos.

A respeito do prazo da Conferência Ordinária, cremos que o mais importante do que fixar um prazo extenso da mesma reunião é importante tudo o trabalho preparatório da Secretaria, das Representações e dos países para ter elementos de análise que permitam uma efetiva avaliação. Nesse sentido creio que o tempo do período da Conferência não é o mais importante senão os esforços anteriores da Secretaria e dos países.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, sim, realmente, nossa Representação coincide em termos gerais com as apreciações feitas neste documento que agradecemos à Secretaria e que vemos como um ponto de partida para o estabelecimento de uma Conferência que segundo nosso parecer reviste a maior significação, toda vez que se fala, como manifesta o documento, de uma análise exaustiva da evolução do processo de integração nos últimos dez anos. Realmente, é um trabalho muito importante, Senhor Presidente, para o qual, no nosso caso, requerer-se-á um processo de consultas com nossa capital. Nesse sentido pensamos que resultariam fundamentais para avançar nesse processo de consultas para contribuir com a Secretaria uma agenda comentada e alguns documentos que nos sirvam de apoio para apresentar os temas a nossa Chancelarias. Queria manifestar que devido à transcendência desta reunião, não sei se as datas que temos manejado de final de novembro resultarão oportunas e se daqui até novembro alcançará para realizar os trabalhos preparatórios que são o elemento fundamental para garantir o êxito da Conferência.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Somente queria comentar uma afirmação da Representação do México a respeito do item 3 da agenda da Reunião Extraordinária da Conferência, que é a "Avaliação global da participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo no processo de integração".

A Representação do Brasil estava no entendimento, e sugeriria então, que talvez se pudesse transferir para esse item o item 3 da agenda da Reunião Ordinária, que é a "Aplicação dos tratamentos diferenciais". Creio que seria um momento oportuno para fazer a avaliação da aplicação dos tratamentos diferenciais quando tivéssemos uma avaliação global da participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo no processo de integração.

Caberia então discutir se é conveniente ou não fazer essa transferência.

PRESIDENTE. A proposta é transferir o item 3 da página 2, o item 3 da página 4.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Sim, Senhor Presidente.

/sm

SUBSECRETARIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Senhor Presidente, este item 3 foi colocado no tema da Reunião Extraordinária, precisamente para abranger toda a problemática, digamos assim, dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Porque se o tiramos daí, a Reunião Extraordinária vai analisar somente o sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, e nós sabemos que isso não esgota o problema.

Simplesmente o colocamos aí nesses termos precisamente porque após as discussões técnicas na Secretaria chegamos à conclusão de que era muito importante ter um âmbito geral da problemática dos países de menor desenvolvimento econômico relativo para, nesse âmbito, ubicar o funcionamento do sistema de apoio, que é um sistema muito específico, muito claro. Por isso foi colocado aí.

Faço este esclarecimento para que o Comitê considere a decisão de mudar ou não o temário.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Entendo que não se alteraria a agenda da Reunião Extraordinária, manter-se-ia a avaliação global e a análise da "Aplicação dos tratamentos diferenciais" seria acrescentado como um item da avaliação global.

SUBSECRETARIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Repetir-se-ia.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Não se repetiria, transfer-se-ia a análise da "Aplicação dos tratamentos diferenciais" para esse item da agenda da Reunião Extraordinária.

SUBSECRETARIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Seria pelo contrário, o item 3 da Ordinária passaria para o 3 da Extraordinária.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Não temos inconveniente em acompanhar a inclusão na "Avaliação global da participação" porque o tratamento diferencial é um dos elementos. Ou seja que não estaria nada mal, porque seria nada mais que ir identificando alguns dos elementos.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther T. Bondanza). Minha Representação agradece à Secretaria a apresentação deste documento; tomamos conhecimento dele somente hoje, porque ontem foi feriado na Argentina e, portanto, reservamo-nos o direito para manifestar nossas observações em um próxima oportunidade.

No entanto, posso também afirmar que temos escutado com sumo interesse as valiosas observações que fizeram outros Senhores Representantes e, em princípio, podemos acompanhar as observações formuladas pelo Brasil e pelo Chile e algumas pela Representação do Paraguai.

No começo, embora seja interessante fixar um período mais prolongado para estas Conferências, já devemos manifestar que vemos um pouco improvável, pelas ocupações das autoridades que devem participar neste tipo de reuniões. Por conseguinte, seria preferível intensificar, como foi dito, o trabalho prévio, para que

/sm

a Conferência possa tratá-lo nesse período já precisado. Mas repito que faremos outras contribuições em uma oportunidade posterior.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Indubitavelmente, o documento preparado pela Secretaria-Geral nos orienta muito claramente a respeito destes próximos eventos que estão em discussão.

Simplesmente, chama-me a atenção, e gostaria que de alguma maneira a Secretaria-Geral me esclarecesse o seguinte: há um ponto 5 "Situação atual e perspectivas do processo...", como a Rodada Uruguaí, a Iniciativa para as Américas e como um fato, não sei o alcance que se desejará dar, se será uma nota fiscal, uma fermentação, uma diminuição. De fato ou de direito se está indo para uma subregionalização da Associação.

De todas maneiras, creio que devemos ter cuidado com o uso destes termos, porque na mesma imprensa aparecem declarações de um e outro tipo como questões alarmantes, quando aqui sempre estamos reiterando a integração, entendendo toda a América, e ampliando a mesma atividade dela com a Iniciativa para as Américas, ou seja uma zona de livre comércio; há propostas claras de um mercado comum já subscrito por membros desta Associação.

Também, Senhor Presidente, desejaria expressar que as datas comentadas na reunião da quinta-feira deveriam estar baseadas no tempo que necessita a Secretaria-Geral para preparar a documentação pertinente.

Devo fazer constar ou apresentar nesta ocasião o pedido de meu Governo, que não vê com beneplácito adiar, porque já foram contraídos compromissos. Os dias 2 e 3 de dezembro se realiza na Capital de Bolívia a reunião do Conselho Presidencial, são cinco Presidentes cujos países são membros desta Associação. Temos a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia e, naturalmente, os senhores entenderão que se adiamos nossa Conferência Extraordinária para a última semana de novembro, devemos pensar também que o pessoal da Chancelaria e do setor de integração, particularmente, estarão ocupados com o outro evento. Então, me atrevo a dizer, pelo menos no tocante a meu país, que é improvável a presença de pessoal da área de integração nesses eventos.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, tenho uma dúvida, a proposta do Brasil era mudar o ponto 3 "Aplicação dos tratamentos diferenciais" para a Reunião Extraordinária, que basicamente se preocupa dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, mas os tratamentos diferenciais não favorecem somente aos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Se isso ocorresse ficaríamos os países intermediários, de mercado insuficiente, sem uma análise dos tratamentos diferenciais.

Uma consulta, ao mudar este ponto, a situação dos tratamentos diferenciais em benefício dos países intermediários desaparece da agenda ou não?

SECRETARIO-GERAL. A Secretaria opina da mesma maneira do que está manifestando neste momento o Senhor Representante do Chile. E isso a razão pela qual aparece ai. E ai está explicito.

No artigo 33 do Tratado, letra c) se fala de "Efetuar revisões periódicas da aplicação dos tratamentos diferenciais..." e, evidentemente há tratamentos diferenciais também relativos aos países de desenvolvimento intermediário que devem tratar-se nesta Conferência Ordinária de Avaliação e Convergência. De tal maneira que pensamos que sim deve permanecer este aspecto aqui, nesta agenda, no ponto 3.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). A Representação do Brasil tem perfeita consciência de que os tratamentos diferenciais se aplicam também aos países de desenvolvimento intermediário.

Nosso objetivo, ao fazer essa sugestão, é que cremos que quando se fala de tratamentos diferenciais se pensa normalmente nos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

O que queríamos aqui era que os tratamentos diferenciais destinados a esses países tivessem uma apreciação mais profunda e separada dos países de desenvolvimento intermediário, para que eles mesmos pudessem obter maiores benefícios desta análise e avaliação. Entendemos que uma avaliação conjunta, além dos países de menor desenvolvimento econômico relativo pode ver-se envolvida em discussões relativas aos países de desenvolvimento intermediários. Se por sua parte não encontram nenhum inconveniente em que se trate o assunto da mesma maneira que a de outros países, não teríamos inconveniente em que o tratamento ficasse junto às duas matérias.

PRESIDENTE. Sobre esse ponto a Secretaria talvez poderá, levando em consideração as observações feitas aqui, fazer alguma proposta sobre como tratar esse tema, levando em consideração as observações da Representação do Chile, as do Brasil e do Paraguai.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, acompanhamos a preocupação do Senhor Representante da Bolívia já que como ele bem leu, na página 3, na explicação que fez a Secretaria-Geral diz "e condicionarão a avaliação atual e futura da integração regional, tais como a Rodada Uruguai, ..." e a subregionalização da Associação, ...". Senhor Presidente, este texto deveria ser eliminado porque é incongruente. E incongruente, Senhor Presidente, porque exatamente o Tratado no artigo 33, diz o seguinte: "A Conferência terá as seguintes atribuições: a) Examinar o funcionamento do processo de integração em todos seus aspectos e a convergência dos acordos de alcance parcial, através de sua multilateralização progressiva, bem como recomendar ao Conselho" - ou seja, a outra instância- "a adoção de medidas corretivas de

alcance multilateral". Senhor Presidente, se deixássemos estas expressões, seríamos incongruentes com os objetivos da própria Conferência. Portanto pedimos, Senhor Presidente, que esta menção seja excluída.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, agradeço o apoio da Representação do México, mas havia solicitado que a Secretaria, na parte conceitual, do por quê desta frase "subregionalização da integração" está incluída nesta parte ou qual é seu alcance.

PRESIDENTE. Secretaria para atender a solicitação da Bolívia.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, realmente, neste ponto o que pretende a Secretaria é apresentar uma opinião ao redor dos desenvolvimentos atuais do processo e a maneira como podem chegar a incidir os fatos que se estão produzindo no cenário internacional neste momento.

Inclinar-mos-íamos por eliminar praticamente tudo este parêntese ou circunscrevê-lo exclusivamente à frase "Apresentar-se-á uma avaliação global do processo de integração, de caráter qualitativo, que inclua a consideração dos novos elementos que têm origem tanto extra quanto intra-regional". Até aí chegaria para ter a suficiente flexibilidade para apresentar esse documento.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, a subregionalização é um fato, e é precisamente o fato que mais dificultará, possivelmente, a convergência. Eliminando-o da agenda não desaparece a subregionalização. Esse é o grande tema da Conferência.

Precisamente, devemos preservar a multilateralidade analisando as verdadeiras causas que poderiam atentar contra ela. Coincidiu com a Secretaria no sentido de haver incluído o tema, não no sentido de eliminá-lo.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Nossa Representação concorda com a Representação do Chile e preferiria que se mantivesse a redação do item 5 da agenda da Reunião Ordinária.

Entendemos que a sub-regionalização, de fato, se não existe oficialmente, seria algo que na prática poderia estar ocorrendo. Então, seria importante discutir neste foro quais as implicações e razões desse processo.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Realmente, para nossa Representação, a inclusão destes temas neste projeto de agenda reviste a maior significação.

É evidente que depois da última reunião do Conselho de Ministros, produziram-se fatos em nível internacional definitivamente incidentes sobre o processo que estamos interessados em adiantar, e a Conferência de Avaliação e Convergência é um dos órgãos políticos mais importantes, logo do Conselho de Ministros, da Associação.

Portanto consideramos que seria uma lástima, se não um erro, perder esta oportunidade para plantear temas tão diretamente pertinentes com nosso processo.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, efetivamente, a subregionalização é um fato, e nisso coincide com as Representações do Chile, da Colômbia e da Secretaria. Não obstante, creio que o conceito está apresentado em forma errada. Está subregionalizando-se, pelos fatos que se referia o Representante da Colômbia, o processo de integração. Apresentar a subregionalização sob o âmbito institucional da Associação, creio que não é necessariamente exato, A Associação não se está subregionalizando. O conceito se está apresentando de uma maneira perigosamente institucional. E a integração, inclusive a integração no âmbito da ALADI, poderia dizer-se também que se está subregionalizando. De modo que preferiria que esse conceito fosse registrado, porque se não o acho confuso.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, formalmente, todos os esquemas subregionais se fazem amparados na ALADI; o programa de cooperação, integração e desenvolvimento argentino-brasileiro, inclusive, o Acordo de Cartagena. De tal maneira que não somos nós os que estamos trazendo o tema institucional aqui. São os próprios acordos os que se remitem a nosso ordenamento jurídico, e algumas vezes os colocam em vigor graças ao amparo que lhes estamos dando no âmbito ALADI. Ou seja que não considero que haja um erro jurídico.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, entendemos e de conformidade com o estabelecido no título do ponto 5 da Conferência Ordinária, "Situação atual e perspectivas...", que se faria uma apreciação, ou uma apreciação de fatos concretos, que não se podem ocultar. E entre as coisas que não se podem ocultar há uma problema de subregionalização na região. Portanto, da apreciação dessas situações que estão acontecendo, que acontecem e que se manterão, surgirão resultados do que é o que está acontecendo.

Acreditamos, igual ao mencionado em outro tipo de títulos, que este também está incidindo nos resultados que terá a Conferência. Portanto, cremos que está bem incluído o termo no ponto correspondente.

PRESIDENTE. Creio que há claramente um consenso para manter a redação inteira no ponto 5.

A Presidência queria somente lembrar, como comentário lateral, que além do subgrupo que existe formalmente constituído pelo Grupo Andino, há outros dois grupos formalmente constituídos, há um grupo Venezuela, Colômbia e México e há, recentemente inclusive está sendo distribuído como documento da Associação, o que foi acordado recentemente entre quatro países do Cone Sul.

Então, é uma realidade, como foi dito aqui. A reunião, dentro do título de "Situação atual e perspectivas do processo de integração", não poderia ignorar uma realidade.

588

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, em última instância não nos oporíamos, se as Representações desejassem fazer figurar a menção do conceito. cremos que sobre o resultado das conclusões que atinja a Conferência não se podem prejudicar, porque o próprio mandato do Tratado de Montevideu para a Conferência diz quais são os objetivos. Por conseguinte é incongruente o que diz este parágrafo.

Não nos oporemos, Senhor Presidente. O que sim pediremos à Secretaria - creio que é saudável para todos - é que ao fazer um revisado deste documento deveria se avançar, acrescentando uma agenda comentada aos temas, para saber onde "aterrizam", e particularmente saber onde se deseja chegar. Não prejudicar, porque cremos que não seria prejudicar, porque se coloca segundo o previsto pelo Tratado de Montevideu, e acho que não estamos nessa situação.

PRESIDENTE. Creio que foi muito útil esta primeira rodada de discussões.

Talvez a Secretaria-Geral pudesse fazer uma revisão deste documento, incorporando as sugestões que foram consensuais no Comitê, indicando como foi feita uma solicitação, os trabalhos que pretende fazer dentro de cada um dos itens, para a partir daí chegar a um documento mais concreto, que satisfaça a preocupação do México.

Quiçá em uma próxima reunião a Secretaria poderia apresentar uma revisão desse documento, incorporando todos os pontos aqui mencionados.

A Secretaria está lembrando um pedido da Representação da Bolívia a respeito destas datas.

Na última reunião - o Comitê lembrará - havia uma sugestão da Secretaria para marcar a data para o final de novembro e havia uma sugestão do México para fazê-la nos dias 5 e 6 de novembro, se não me equivoco. Estavam essas duas datas. Agora a Representação da Bolívia estima que a data do final de novembro seria difícil para os cinco países, a sub-região, que terá uma reunião em dezembro.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Estamos em condições, Senhor Presidente, se a maioria estiver conforme com aprovar esta convocação na última semana de novembro, a acompanhá-lo. Mas se os países de menor desenvolvimento consideram outra data, gostaríamos de conhecê-la para consultar novamente.

PRESIDENTE. Qual é a sugestão concreta da Bolívia?

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, naturalmente a Bolívia fez conhecer uma situação de fato que limita a nossa participação nas próximas Conferências.

Simplemente fiz alguma referência de que em maior ou menor grau os outros cinco países cujos Presidentes participarão da menção referida também teriam - não estou falando em nome dos cinco, mas sim do nosso - alguma dificuldade para assistir.

/sm

Tendo em vista a situação, explicação, etc, meu país pede que mantenhamos a data originalmente programada de 22 a 25 de outubro.

PRESIDENTE. A Representação da Bolívia está sugerindo que se mantenham as datas da semana de 22 de outubro.

SECRETARIA (Juan Francisco Rojas). Lamentavelmente, Senhor Presidente, não poderíamos comprometer-nos a ter pronta a documentação antes de final do mês de outubro. Quero dizer aos senhores com toda honestidade que estamos fazendo um trabalho bem pormenorizado, com uma dedicação bastante ampla por parte dos funcionários do Departamento de Política Comercial, do Departamento de Negociações e de Informática e Estudos.

Portanto, Senhor Presidente, resultaria-nos, como Secretaria, realmente impossível entregar a documentação antes de final de outubro, salvo que existisse a disposição dos países-membros de receber a documentação com uma semana antes de realizar a reunião. Se for o caso não teríamos inconveniente e poderíamos sugerir que se convocasse para a primeira semana de novembro. Antes, realmente, Senhor Presidente, resultaria-nos praticamente impossível entregar uma documentação adequada para o tratamento de cada um dos temas que seriam incorporados às agendas definitivas de ambas as reuniões, tanto Extraordinária quanto Ordinária, da Conferência.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, entendíamos que no início tinha-se aprovado uma data. Inclusive houve debate porque a representação do México queria para os primeiros dias de novembro. Nós apoiamos o México, depois aceitamos por razões da Secretaria para final de novembro e agora estamos voltando para outubro. Entendo que havia uma aprovação do Comitê anterior.

PRESIDENTE A Secretaria poderia ajudar à Presidência para lembrar exatamente o que aconteceu.

SECRETARIA (Juan Francisco Rojas). Pois não, Senhor Presidente. Efetivamente, na sessão do Comitê, quinta-feira passada, originalmente sobre a base de um acordo prévio, tinha-se proposto a possibilidade de realizar estas reuniões na semana compreendida, se mal não me lembro, entre 22 e 26 de outubro. Depois houve a sugestão da Representação do México sobre que esta reunião fosse realizada na semana que começa em 7 de novembro, as duas reuniões. Depois de uma explicação que fizemos manifestando algumas dificuldades que tivemos em matéria de contratação de incorporação de pessoal e manifestando, além disso, que depois que os diferentes temas fossem desglosados seriam incorporados na agenda que envolvem, repito, um volume de trabalho bastante importante. Devo ser sincero, a metade de meu Departamento está dedicada exclusivamente ao trabalho da Conferência; o Departamento de Informática e Estudos designou pessoal, prioridade e tempo especial de uma boa parte de seu pessoal para apoiar os trabalhos que estamos coordenando; o Departamento de Negociações está designando também pessoal para a contribuição e a realização da Conferência. E baseado nessas razões que explicamos naquela ocasião, o Comitê acordou, em princípio, que as datas para as reuniões fossem na semana entre 26 e 30 de novembro próximo. Portanto, Senhor Presidente, sobre essa base temos

/sm

coordenado as atividades internas, temos estabelecido certamente prazos de trabalho bastante estritos, e inclusive foram modificadas algumas decisões até de caráter pessoal com alguns funcionários, designados nesses Departamentos.

Portanto, insisto, se se decidisse fazer uma reunião em uma data prévia, lamentavelmente, não poderíamos ter uma documentação adequada que corresponda com os verdadeiros requerimentos da Conferência de Avaliação e Convergência, que além disso é a primeira Ordinária que se realizará e que envolve já uma avaliação de uma década da subscrição do Tratado de Montevideu.

Representação do BOLIVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, lamento, realmente, que devamos, de alguma maneira, incomodar a Secretaria-Geral. Entendemos perfeitamente que necessita o tempo indicado por eles para a devida preparação da documentação. Mas há uma situação de fato que faz muito difícil a nossa participação nesta Conferência.

Quanto à data é indubitável que na reunião de quinta-feira 16 havia uma espécie de consenso, atendendo o manifestado pela Secretaria-Geral para adiá-la. Particularmente expressei que faria a consulta à capital para dar uma posição definitiva.

Não foi feita a votação para marcar definitivamente a data, mas é verdade que houve quase um consenso sobre o adiamento. Creio que eu fui um dos poucos que manifestaram a necessidade de consultar com a capital.

Mas, reitero, que lamentamos bastante não poder aderirmos a uma data para final de novembro.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, desculpe se volto somente um minutinho sobre o tema anterior quanto à proposta da Representação do Chile sobre a eliminação do termo "mais efetivo".

As palavras "mais efetivas" estão consagradas no artigo 33, letra d) do Tratado de Montevideu. É uma repetição textual.

Quanto ao tema que temos agora na pasta, Senhor Presidente, surgiu, evidentemente, um novo elemento: a situação dos Presidentes andinos que se reunirão em 2 e 3 de dezembro, elemento que não foi levado na devida consideração na sessão anterior. Face a essa circunstância e tendo em vista que a Conferência se reúne com a participação de todos os países-membros, se falta um, não se pode realizar, devemos considerar, evidentemente, a preocupação da Bolívia que em alguma maneira também envolve a Representação do Equador porque seu pessoal estará evidentemente destinado à preparação desta reunião.

De modo que possivelmente para atingir uma transação e fazendo todos um esforço, talvez poderia considerar-se a metade do mês de novembro que poderia ser uma data útil e adequada para que possam ser conciliadas estas duas situações, as duas Conferências e a Reunião de Cúpula dos Presidentes Andinos. Comprendo a situação da Bolívia que de alguma maneira também é a nossa e creio que para

que as Conferências tenham uma melhor realização poderíamos fazer um esforço nesse sentido.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, apoiamos a manifestação do Senhor Representante do Equador. Pelo contrário corremos o risco de subregionalizar também a Conferência de Avaliação e Convergência.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, sem ânimo de entrar em uma discussão jurídica como o Senhor chama de filigrana, não? o aproveitamento efetivo está na letra c) e o sistema de apoio aos países está na letra d).

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, talvez adiantando a data de 26 uma semana poderíamos encontrar uma solução para as preocupações dos Representantes dos países que pertencem ao Grupo Andino. Não poderíamos adiantá-la mais. Com uma semana deveríamos fazer um esforço maior para poder cumprir com os prazos na forma mais adequada, mas talvez com essa "semaninha" que nos daremos poderíamos garantir a presença de todos os países.

Nesse caso, seria não em 26 mas em 20, aproximadamente, a partir de 19.

PRESIDENTE. Temos duas alternativas para acomodar a situação. Primeiro, ou a fazemos em 19 de novembro ou em 10 de dezembro, que é segunda-feira também.

Creio que o Comitê deve decidir essa questão da data que é importante porque cria um elemento de incerteza.

Inclinar-me-ia, para que na próxima sessão a Secretaria e a Presidência fizessem consultas com as representações e na próxima reunião apresentariamos um projeto de resolução, para aprovar a data, apesar de não termos a agenda. Pelo menos que aprovemos formalmente a data. Porque cria um elemento de incerteza que não é conveniente.

Representação da ARGENTINA (María Esther T. Bondanza). Concordo com o Senhor Presidente. Era para refletir. Pelo que vejo, haveria duas alternativas. Uma seria a semana anterior, que seria de 19 até 26 de novembro. Ou seja adiantá-la, e a outra...

PRESIDENTE Não, o que estou sugerindo como alternativa para...

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). E a outra, qual seria? Uma semana, o dia dez.

PRESIDENTE. Uma semana depois, o dia dez.

Representação da ARGENTINA. (María Esther T. Bondanza). Por que não se poderia manejar o dia 3?

- Diálogos.

PRESIDENTE. Porque 2 e 3 é a reunião. Poderíamos marcar o 5, mas ficaríamos uma parte em uma semana e a outra na seguinte.

- Diálogos.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Porque na prática, que eu me lembre, nunca quisemos fazer uma reunião depois de 10 de dezembro porque muitos países não poderiam assistir.

SECRETARIO-GERAL. Não vêm,, porque em quase todos os países se acabaram os orçamentos para viagens.

PRESIDENTE. A proposta então é 19 de novembro, segunda-feira 19 de novembro.

Se o Comitê estiver de acordo ficaria aprovada essa data. Não mudaríamos mais e poderíamos transmitir a nossas capitais que seria essa data como definitiva.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, com as devidas desculpas sobre a marcação de datas, vamos excusar-nos e definirá o Comitê. Ou seja, não é voto negativo.

PRESIDENTE. Então ficaríamos com a data de 19 de novembro. A semana de 19 até 24 de novembro, para as duas reuniões.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, creio que aqui devemos ser honestos conosco. Quando a Secretaria terá os documentos?

SECRETARIA (Juan Francisco Rojas). Em 26 de outubro.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Em 26 de outubro. Então, é muito difícil que daqui a dezenove dias nossos países estejam já definidos sobre esses estudos, creio que o tempo é muito pouco para serem analisados pelas autoridades nacionais. Poderia passar quase uma semana, para que chegue a nossas capitais, principalmente aqueles estão longe da sede.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, a propósito da última intervenção feita, uma pergunta muito categórica, uma consulta quanto à data em que estariam culminados os trabalhos, mas estimo que não são todos os que estarão terminados antes, em 26, acho que alguns estarão terminados antes. Pelo qual a avaliação dos mesmos pode ser, por dizê-lo de alguma maneira, correlativa; alguns terminados em 15 de outubro, ficaria suficiente tempo para analisar. Não sei se me equívoco.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, no início tínhamos pensado que resultava conveniente inclinar-nos pela primeira sugestão de 19, mas refletindo mais um pouco sugeriríamos que fosse considerada melhor a opção de dezembro antes de 10, após a reunião dos Presidentes Andinos.

PRESIDENTE. Não vamos continuar com esse debate aqui. A Secretaria e a Presidência farão consultas e na próxima reunião, apresentaremos uma sugestão concreta sobre as datas.

A Secretaria na próxima sessão também apresentaria esse documento revisado conforme discutido.

/sm

7. Plano de Ação para o triênio 1990-1992 (ALADI/SEC/dt 220).

PRESIDENTE. Pediria à Secretaria que apresentasse ao Comitê o documento de referência.

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). Senhor Presidente, a Secretaria elaborou e colocou em consideração do Comitê o projeto do Plano de Ação baseado na Resolução 22 e complementada pelas outras Resoluções do Conselho de Ministros que formam, como os senhores sabem, um conjunto bastante coerente de resoluções devido a que as primeiras proporcionam o âmbito para a atividade da Associação e as que seguem, as 23 e 29 são Resoluções que visam desenvolver em alguns aspectos específicos os conteúdos da Resolução 22.

Neste Plano de Ação, a Secretaria tomou um conjunto de áreas, seguindo então, o proposto na Resolução 22, referentes à consolidação e ordenamento do mercado regional na que foram salientadas algumas áreas, uma referente às preferências comerciais, a segunda à harmonização de políticas, a terceira à cooperação aduaneira e a quarta à promoção comercial

A segunda área para as ações é a de complementação produtiva e cooperação tecnológica. Nesta área salientaram-se, basicamente, duas áreas. Uma referente ao programa regional de complementação econômica e a segunda relacionada com a harmonização de normas técnicas.

O terceiro setor, o campo para as ações da Secretaria e os outros órgãos da Associação é aquele da cooperação financeira e monetária. Neste setor salientaram-se três áreas, uma referente ao sistema ampliado de cooperação financeira, a segunda ao financiamento das exportações e a terceira à promoção e ao financiamento dos investimentos.

O quarto campo, onde salientaram-se ações a realizar pela Associação, refere-se à cooperação em matéria de transporte e comunicações. Nessa matéria identificamos três áreas de atividades: o transporte e os diferentes modos de transporte, a facilitação do transporte e às comunicações.

Na letra e) temos agrupado às "novas áreas". Nestas novas áreas foram identificadas quatro áreas de atividades: a integração fronteiriça, o turismo, a cultura e a o meio ambiente.

Por último, a Secretaria leva a consideração do Comitê a necessidade de desenvolver um programa de difusão da integração que tem uma única área, denominada: "Estratégia de promoção e difusão" na que identificamos dois aspectos: um, aumentar a consciência integracionista das povoações latino-americanas e o outro, difundir o processo de integração nas povoações da América Latina, que é complementar.

O último capítulo, de alguma maneira complementar com tudo o anterior, introduz os aspectos referentes com os ajustes institucionais e com a avaliação do processo. Ou seja, aí estão incluídas as duas Conferências de Avaliação e Convergência bem como os ajustes à estrutura institucional e inclusive, a pedido expresso do Conselho de Ministros, a consideração do tema referente às fórmulas para resolver situações de inobservância.

Em cada um destes campos ou âmbitos temos procedido a identificar a meta para cada uma das áreas e as ações que estão dirigidas a levar à prática essa meta ou essas metas. As metas foram tomadas como objetivos mais específicos, não necessariamente como em uma forma tão restrita como para incluir somente as metas daqueles objetivos ou objetos de quantificação, ou possíveis de quantificar, não é?

O conjunto de ações está precedido por uma introdução ou quadro de situação onde foram identificadas as características da situação tanto regional quanto internacional nas que se desenvolverá o processo de integração. Salientaram-se algumas características e necessidades que assumiram o processo de integração nos últimos anos e salientamos como uma nota a ter em conta, a subregionalização, o problema dos desequilíbrios na distribuição dos benefícios, o esgotamento do modelo de integração e a necessidade de afrontar o processo de integração em forma complementar e paralela com a inserção da região no sistema internacional.

Em todas as ações, em cada um dos campos e ações e temas identificados temos elaborado, seguindo as diretivas da Resolução 22, um cronograma para a ação. Mas não temos procedido a estabelecer, senão em uma forma muito general, o problema de como atacar a complementação, a coordenação, a relação de nossa Associação com outras instituições para evitar a duplicação. Por isso dizemos no final da apresentação que o Plano de Ação deve ser articulado por um lado, com as atividades permanentes da própria Associação, como são as relativas com o suporte e acompanhamento do processo de integração, as de apoio às negociações entre os países e ou empresários, as que visam brindar informação estatística e as que se desenvolvem em apoio aos países de menor desenvolvimento relativo e que esse conjunto de ações, tanto as incluídas como as permanentes da Associação, serão realizadas com vistas à concertação de programas de cooperação técnica, promover a cooperação horizontal e coordenar ações com organismos da região com efeitos de evitar duplicação.

No final do quadro de situação se faz referência a uma espécie de problema geral de alguma condição, mas sim de uma condição para a viabilidade e eficácia das ações incluídas no Plano de Ação que é que sejam cumpridas algumas condições políticas fundamentais. Uma, que os países tenham a vontade de dedicar-se a levar à prática um processo de integração com as características que propõe a Quinta Reunião do Conselho de Ministros, tanto no referente à multidimensão do processo quanto à necessidade de incorporar novos atores ao processo de integração, à necessidade de que a Associação abranja novas áreas de atividades superando os limites impostos por uma concepção mais comercialista do passado.

Em segundo lugar, a necessidade de fazer convergente o conjunto de esforços que os países da região estão realizando em nível sub-regional.

Em terceiro lugar, a necessidade de que sejam adotados critérios de negociação com terceiros países compatíveis com um esquema regional de integração.

E finalmente, que tenhamos na Associação as disponibilidades financeiras necessárias para atender adequadamente o conjunto de atividades contempladas neste Plano de Ação para o triênio 1990-1992.

Estamos a disposição dos Senhores Representantes para os esclarecimentos que estimarem pertinentes.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria-Geral pela explicação.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, em primeiro lugar queremos agradecer à Secretaria-Geral pela apresentação deste documento. Consideramo-lo um documento valioso, bem estruturado, que recolhe adequadamente os mandatos das resoluções do Conselho de Ministros e de Acordos Regionais específicos subscritos no âmbito da Associação.

Queremos manifestar umas observações muito geral, que seria conveniente mencionar frente a cada objetivo ou cada ação, nos casos que corresponderem, para que o documento seja mais preciso e informativo, a resolução e os artigos pertinentes que justifiquem o estabelecimento de determinadas metas ou ações. Não obstante estar recolhido em grande medida na Resolução 22, haveriam outras que corresponderiam a outras resoluções ou acordos regionais em alguns casos.

Outra observação de caráter geral é que alguns prazos estabelecidos no documento deveriam ser mais específicos porque são muito amplos, genéricos, os prazos abrangem várias ações que podem ter uma execução diferente ou separada no tempo. Então, nesse sentido, acreditamos que como produto da discussão e do trabalho do documento, os prazos poderiam ser discriminados com diferente extensão.

E finalmente, devido à extensão do documento e que abrange matérias muito diferentes, proporíamos que se formasse um grupo de trabalho do Comitê que se dedicasse ao exame pormenorizado do documento para que em um prazo determinado, previsto, que poderia indicar o Comitê, fizesse uma análise do mesmo.

Como o documento é extenso e os temas diferentes, como já o manifestei, o Comitê poderia talvez receber relatórios parciais sobre determinadas unidades do Plano de Ação. Ou seja, se esgota o tema comercial, depois se passa ao financeiro ou outras ações, de maneira que possa não esperar, digamos, uma análise completa do documento, mas ir tendo condicionamentos parciais.

Mas isso, neste momento, é matéria do Comitê decidi-lo, caso que haja uma acolhida favorável a nossa proposta.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, agradecemos à Secretaria a apresentação do documento.

Também gostaríamos de fazer comentários de caráter geral e coincidindo com a Representação do Chile estaríamos de acordo para que isto vá para um grupo de trabalho.

Consideramos que a programação, embora proponha metas e ações, não é suficientemente precisa para poder avaliar periodicamente os avanços da programação.

Isto pelo seguinte, Senhor Presidente. Existem programas, para citar algum "complementação produtiva e cooperação tecnológica" que ocupa o período de execução, setembro de 90 até dezembro de 1992. Em 1991 será convocado o Conselho de Ministros, Senhor Presidente, se esta programação não tem metas parciais, se não houver metas parciais, não haverá forma de avaliar como se avança nos trabalhos para informar o Conselho de Ministros o que se está fazendo com relação aos mandatos da Quinta Reunião.

Por isso compartilhamos do critério do Senhor Representante do Chile para que as programações estabelecidas sejam com períodos, que hajam alguns períodos que permitam as avaliações periódicas para informar como se avança com o Conselho de Ministros.

Além disso, Senhor Presidente, nesse enfoque, por exemplo, neste programa de complementação produtiva e cooperação tecnológica, que está na página 22, a meta é constituir um sistema regional de subcontratações. E Senhor Presidente, é necessário estabelecer metas parciais porque no orçamento por programas do presente ano por exemplo, no código 5.1.2 já está que devemos avançar na implementação de bolsas de subcontratação para estabelecer um sistema harmonizado de subcontratação regional.

Ou seja, Senhor Presidente, as metas que estabelece a Secretaria em seu documento deveriam ser mais precisas, mais exatas, para compatibilizar as ações previstas no mesmo tema no orçamento do presente ano e as metas que se alcançariam em 91 e 92.

Repito, para poder avaliar o alcance dessas metas e informar ao Conselho de Ministros.

Senhor Presidente, vemos algumas omissões, mas se passa este assunto para o grupo de trabalho, então aí possivelmente as diríamos para fazer mais precisa a informação do documento.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, de igual forma gostaria de em primeiro lugar agradecer à Secretaria pela apresentação deste documento 220, bastante rico, bastante ambicioso em seu conteúdo e que demonstra a vontade da Secretaria de abranger todos os pontos levantados na última Reunião do Conselho de Ministros.

Também compartilhamos da idéia de que deve ser compatibilizado com maior grau de detalhe em relação ao orçamento por programa de nossa Associação, e também com as atividades de cooperação técnica, inclusive com outros organismos para os próximos dois anos.

Minha representação gostaria de, em primeiro lugar, apoiar totalmente, enfaticamente, a sugestão apresentada pela representação do Chile sobre a criação de um grupo de trabalho encarregado de analisar esse documento e as razões e metas aqui propostas no entendimento de que esse grupo trabalhará, portanto, nas diferentes etapas e com um mandato muito preciso de seus integrantes para que se possa conformar uma versão final para que não se deva discutir novamente de maneira muito extensa em nível de Comitê de Representantes como aconteceu, por exemplo, com o projeto de regulamento dos Conselhos Setoriais.

Evidentemente, teria uma série de observações para fazer, mas creio que com a criação desse grupo de trabalho nossa representação poderá apresentar sua contribuição em forma mais específica.

Quero salientar também que concordo com a sugestão do México para que haja uma etapa intermediária ou objetivos que possam ser atendidos parcialmente, inclusive, por necessidade institucional de prestar conta ao próximo Conselho de Ministros. Uma espécie de avaliação no meio do caminho.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, agradecemos à Secretaria a apresentação deste documento, amplo e que abrange exaustivamente os temas da Resolução 22 do Conselho de Ministros.

Não obstante, gostaríamos de salientar um fato que nos chama a atenção que seja que de acordo com a própria resolução do Conselho de Ministros, talvez é o artigo décimo segundo, para a realização de vários destes programas a Associação tratará de procurar a cooperação e assistência técnica. Nesse sentido, sentimos a falta da referência aos programas concretos da Secretaria para concretizar essa assistência e cooperação técnica no Plano de Ação.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, aderimos às congratulações para a Secretaria-Geral pela elaboração deste documento que responde evidentemente com bastante precisão aos lineamentos programáticos e tem sido um bom esforço de estruturação e de divisão dos diferentes aspectos que conformam a Resolução 22.

Apoiamos calorosamente a proposta do Chile sobre a conformação de um grupo de trabalho que cremos que é muito importante para determinar alguns aspectos pontuais onde minha Representação faria algumas apreciações.

Embora, Senhor Presidente, o documento não tenha sido ainda analisado com profundidade, saltam a nossa consideração dois ou três aspectos que mencionaremos agora. Por exemplo na página 13, a preferência tarifária regional, diz "colocar em vigor o Segundo Protocolo Modificativo", que pensamos é uma ação dos Governos mais do que da Secretaria. A seguir fala de "determinar os produtos compreendidos no conceito de comércio significativo" e se exclui algum país, o que não corresponde porque é um tema concernente aos oito países-membros em relação aos três de menor desenvolvimento.

E depois vemos já um aspecto de maior profundidade na página 14 quando fala do PREC. Cremos que o enfoque que se dá a estas afirmações não corresponde exatamente nem espírito nem ao alcance da situação quando fala, por exemplo, de "definir as obrigações dos países de menor desenvolvimento e dos países de desenvolvimento intermediário"; como correlação das obrigações estão também os direitos sobre este enunciado que não se pronuncia absolutamente. Depois se limita a situação da conformação do Anexo II, quando a problemática é evidente e muito mais complexa.

359

Em definitivo, minha proposta é que exista uma reelaboração do tema 2 referente ao PREC e acredito que isso, precisamente, fá-lo-á o grupo de trabalho.

Por último na própria pagina 14 diz quanto as listas de abertura de mercados, "ampliar ou eliminar as quotas". Creio que o mais correto é "ampliar e /ou eliminar" porque segundo a Resolução 29 em alguns casos se trata de ampliar e em outros de eliminar.

Finalmente, são enunciados que lhes anticipo e que no grupo de trabalho poderemos ampliar com maior profundidade.

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). Senhor Presidente, alguns esclarecimentos. Evidentemente, sempre que alguém faz uma apresentação omite alguns detalhes importantes.

O primeiro deles é que não se trate de definir os trabalhos da Secretaria para o triênio. São os trabalhos da Associação. Ou seja, as atividades da Associação. Dai então que existam alguns aspectos que deve realizar a Secretaria, outros que devem realizar os órgãos políticos e os próprios países. É por isso que temos eleito essas referências mais ou menos gerais.

Não se trata, então, de que este seja o Plano de Ação para a Secretaria. É o Plano de Ação que a Secretaria elabora, que aprovará o Comitê de Representantes e que envolve às atividades de toda a Associação.

O segundo aspecto que vale a pena salientar é que isto é um Plano de Ação para um triênio. Aqui estão definidas, do ponto de vista qualitativo e substantivo, as ações previstas. Então, em cada um dos exemplos que temos assumido, ou em cada uma das ações, tratando-se de definir isto do ponto de vista qualitativo, de qual é o substantivo da ação que se realizará. Por exemplo, tomo ao azar, acordos de alcance parcial. "Análise comparativo entre as preferências pactuadas nos acordos de alcance parcial e nos acordos de alcance regional". Isto é uma ação substantiva que envolveria para cada coisa um determinado cronograma. Mas esta etapa de especificidade e de particularização é a que nós tratamos de dizer na apresentação corresponderá ao momento em que passemos a executar o Plano de Ação através dos orçamentos por programas, no qual este conjunto de metas e ações se haverão de traduzir em ações bem específicas com objetivos imediatos com cronogramas muito mais aperfeiçoados, mais determinados.

Então não poderíamos, de alguma maneira, obter um grau de detalhe como o que, em algum momento, se falou.

A outra característica manifestada na apresentação, embora não fizéssemos referência quando fizemos uso da palavra, é que tratamos de seguir à Resolução 22 em seu aspecto conceitual e renovador. Tanto no sentido de não fazer referências às divisões funcionais nem da Secretaria nem de nenhum dos órgãos, senão de tomar uma divisão temática e seguir essa divisão e por isso fizemos uma apresentação de cada um dos temas.

/sm

E em segundo lugar seguir à Resolução 22 quanto à inclusão das novas atividades e setores que devem fazer parte da atividade da Associação.

Creio que no grupo de trabalho cada uma destas manifestações poderá ser esclarecido mais perfeitamente cada uma destas indicações. Mas, acredito na importância de que conservemos a diferenciação entre essas ações e aquela pormenorização própria de um orçamento por programas de um Plano de Ação onde estamos fixando de uma maneira flexível, a título indicativo e para todos os órgãos da Associação alguns objetivos. Foi isso o que tratamos de manifestar. O cronograma, mais do que as datas, está manifestando períodos durante os quais a Associação terá esse trabalho por diante e tratará de desenvolvê-la e de levá-la à prática.

Por último, uma coisa que talvez seja com a qual deve começar primeiro. Este foi um trabalho coletivo no que estiveram envolvidos todos os setores da Secretaria, todos os departamentos. Ou seja, não existe realmente um autor singular nem um departamento singular senão que é um trabalho coletivo do qual surgiu este documento com a direção política da Secretaria da Associação.

PRESIDENTE. É importante que o Comitê tenha presente uma das observações que a Secretaria está oferecendo esse trabalho como sugestão ao Comitê. Porque o que a Resolução do Conselho de Ministros determina é que o Comitê de Representantes estabeleça um plano de Ação. Então, devemos ter bem claro o que é esse documento. O documento, como diz a Secretaria, não é um programa, um roteiro, para trabalho da Secretaria, é uma definição que os países tomaremos. É uma diferença importante.

Representação do URUGUAI (Néstor Cosentino). Senhor Presidente, como o Senhor seguramente haverá observado, até o presente um das melhores contribuições que este Representação fez para os trabalhos deste Comitê, em nosso conceito pelo menos, geralmente foi o silêncio.

Mas nesta oportunidade teríamos gostado de ser os primeiros em fazer uso da palavra, não somente para agradecer à Secretaira por este trabalho, como se lhe agradeceu reiteradamente, senão para felicitá-la. Entendo que é um grande esforço, houve esclarecimentos posteriores que confirmam o que pensava. Este Plano de Ação em meu conceito é exaustivo, é completo, e mostra uma enorme vontade, dedicação, inclusive inteligência na Secretaria em preparar-nos e proporcionar-nos este material.

Creio que se isto pudesse ser levado a cabo, completo ou parcial ou na medida que for, como aqui está proposto, seria, sem dúvida um passo enorme que daria esta Associação em prol dos objetivos visados e também em dar essa difusão que tem em nível dos países-membros e das povoações de nossos países que tampouco sabem sobre a ALADI.

E por isso que reitero minhas congratulações pelo trabalho.

E pediria aos Senhores Representantes, não farei nenhuma observação, pelo menos nesta instância e se em alguma instância a

000

fizêssemos seria simplesmente a título de colaboração, melhorar não como às vezes que me dá a impressão de que sempre é de crítica. Pareceria que cada trabalho que recebemos da Secretaria o analisamos em uma forma diria quase agressiva ou de crítica. Me pergunto como continua tendo motivação, indudavelmente que há uma que é muito importante, o pessoal da Associação, seus técnicos, para seguir trabalhando e fornecendo-nos estes materiais. Ou seja que pediria que se formem conselhos, comissões, subcomissões, grupos de trabalho, mas que trabalhem com interesse, com boa vontade, com paciência e com o desejo de que estamos fazendo o que o todos devemos fazer, quer dizer, que possamos cumprir com esta meta, pedir as correções, pedir os acréscimos, as mudanças que sejam necessárias, mas com a melhor vontade e com o melhor espírito de que estamos trabalhando nós e a Secretaria em algo que é o objetivo para o qual entendo que estamos nós, fomos designados por nossos governos para poder atingi-lo.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Senhor Presidente, também adiro às congratulações para a Secretaria que hoje está de parabéns, quase a criticaria para acrescentar um pouco mas não o farei porque realmente o documento está muito bem elaborado.

Apoiamos a proposta do Chile para que se constitua um grupo especial de trabalho, justamente para analisar e avaliar lentamente um documento tão rico.

Agora, desejaríamos também que se fizesse uma conexão adequada entre este Plano de Ação e o Orçamento. Inclusive me permitirei fazer à Secretaria alguma consulta. Porque no orçamento está prevista uma reunião do Comitê de Representantes, o mais tardar em 30 de setembro de 90, para avaliar o desenvolvimento dos programas desse ano e estabelecer as prioridades para o próximo ano.

De maneira que creio que da análise que surgirá deste grupo de trabalho teremos o material necessário para essa reunião. Inclusive em um primeiro momento estivemos tentados de propor que fosse a Comissão de Orçamento quem estudasse isto. Mas pensamos que não era realmente conduzente, que é melhor, por sua entidade, que se fosse criado um grupo de trabalho específico. Mas isso sim, deverá fazer-se a correspondente conexão e enviar esse trabalho para que o Comitê possa cumprir com este mandato do artigo 26.

E também consulto à Secretaria, porque no artigo segundo da Resolução que aprova o orçamento diz que as atividades inicialmente previstas para o biênio devem ser reajustadas em função dos mandatos que emergem do Conselho de Ministros e das Reuniões de Alto Nivel e que a Secretaria deve apresentar o correspondente projeto de ajuste. Pergunto-me se este Plano de Ação envolveria de alguma maneira essas propostas de reajuste ou se haveria além disso outro projeto separado.

SECRETARIA (Juan Mario Vacchino). Senhor Presidente, em primeiro lugar, a Secretaria está trabalhando na avaliação do conjunto das atividades realizadas agora, com vistas a que o Comitê possa cumprir com o mandato e ter, para fins de setembro, as diretivas para o próximo ano.

/sm

Não devemos esquecer, nesse sentido, que embora esteja prevista no Orçamento, na Resolução 109, a possibilidade de reajuste das atividades em função do resolvido pelo Conselho de Ministros, ninguém podia prever nesse momento que o Conselho de Ministros ia propor que fizéssemos um Plano de Ação. Obviamente, esse Plano de Ação é um fato novo. Nesse Plano de Ação ficam condensadas as atividades que deveríamos cumprir não somente no que resta deste ano e os dois próximos anos. Portanto, desse Plano de Ação surgirão as diretivas básicas para a atividade do próximo ano, que segundo o temos manifestado nesse mesmo Plano de Ação iremos periodizando.

Sobre a base do Plano de Ação, estaríamos fazendo, como Secretaria, a proposta para as atividades que incluiríamos no orçamento do próximo ano.

Não sei se está satisfeita a consulta.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Sim, perfeito.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, não nos desagrada que possa constituir-se um grupo para analisar este documento do Plano de Ação para o triênio 1990-92. Mas seria mais útil, que antes que fosse constituído um grupo que analise o tema em seu conjunto, fossem constituídas, pelo menos, tal como se indica neste Plano de Ação, cinco grupos de trabalho qualificados que atendam em forma específica cada um dos temas mãe ou matrizes e que nesses grupos se complementasse, acrescentasse ou melhorasse o que a Secretaria nos fornecesse, de acordo com as resoluções do Conselho de Ministros.

Porque, qual é meu medo?. Meu medo é que neste grupo de trabalho comecemos a analisar o documento, que no final é enunciativo das tarefas e demoremos bastante tempo em ter um plano de ação para ser aprovado pelo Comitê de Representantes.

Creio que na forma em que está apresentado, pelo menos os grandes capítulos que serão considerados, podem ser aprovados pelo Comitê. Estaríamos em condições de aprovar e, inclusive de criar os grupos de trabalho com estes grandes cinco temas específicos e começar a analisar nesses grupos o melhoramento, se é que vai existir, deste Plano de Ação preparado pela Secretaria.

Talvez essa seria uma forma de adiantar a análise destes documentos ou deste documento neste momento.

Representação da BOLIVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, para felicitar à Secretaria-Geral por este documento. Acompanhamos a proposta do Chile mas gostaríamos de salientar que para a criação dos grupos de trabalho, o Chile também manifestou que iria opinando, na medida que fossem tratados tema por tema, e paralelamente com o Comitê de Representantes quando seja dado seu respectivo tratamento.

Com esse esclarecimento, Senhor Presidente, apoiamos a proposta do Chile.

/sm

Representação do Peru (Pablo Portugal Rodriguez), Senhor Presidente, a nossa Representação é da opinião que este trabalho é verdadeiramente encomiável, esta proposta de definições, como a Presidência qualificou corretamente, definições de cursos de ação propostos pela Secretaria. Realmente, a Secretaria fez o trabalho para nossos Governos ou nos está propondo um trabalho.

Senhor Presidente, se criamos cinco grupos de trabalhos acredito que este Plano se convertirá em bienal.

Concordo com a criação de um grupo de trabalho que avance e estude os temas ou observe os temas, levando em conta os critérios que a Secretaria veio manifestando que devemos diferenciar claramente um trabalho de planejamento que por sua própria natureza, é genérico de um trabalho de Programação, um trabalho de orçamento, ou como tantos trabalhos administrativos que estamos acostumados a fazer.

Creio que o grupo de Trabalho deveria tratar o tema para evitar o que o Representante do Brasil, em algum momento, manifestou com bastante clareza, considerando que se trata de objetivos genéricos, de trabalhos que competem a toda a Associação, tanto seus órgãos políticos quanto os órgãos técnicos, que não se dedique a um processo negociador de objetivo por objetivo ou ação por ação.

Creio que com flexibilidade sem burocratização e sem entender isto como uma avaliação, com umas duas ou três reuniões o grupo de trabalho poderia perfeitamente submeter este Plano de Ação bastante polido e melhorado, que disso se trata: de melhorá-lo e submetê-lo ao Comitê para sua aprovação no mais breve prazo possível.

PRESIDENTE. Creio que seria difícil, inclusive pelo reduzido número de funcionários das representações, fazer cinco grupos de trabalho para examinar esse documento. Acredito que a preocupação da Representação do Paraguai ficará atendida aceitando essa idéia de que o grupo de trabalho examine seção por seção e a medida que aprovasse uma, enviasse para o Comitê de Representantes, portanto se perderia tempo.

E outra observação formulada pelo Representante do Peru muito importante também, é que este é um Plano de Ação genérico, não será objetivo do grupo de trabalho negociar até a última palavra, Realmente perderia sentido, levaríamos muito tempo e não teríamos esse Plano de Ação nem antes do final do ano.

No entendimento de que esse grupo de trabalho seja criado e que participem todos os países que pudessem, esse Plano de Ação seria examinado capítulo por capítulo, na medida que fossem concluídos seriam examinados pelo Comitê de Representante com flexibilidade e nessa apreciação genérica e não negociadora na minúcia, para ganhar tempo e conseguir terminar esse Plano de Ação e também nessa idéia, aprovada pela Reunião de Ministros, de que esse é um plano de trabalho da Associação, dos países. Refletirá a prioridade

que cada um de nossos países dá a esses trabalhos. Não se trata de um plano de trabalho da Secretaria. Evidentemente, a Secretaria aplicará esse plano, mas não é uma decisão, não é uma sugestão da Secretaria para seus próprios trabalhos. É uma decisão dos governos atribuir à Secretaria essas prioridades.

Se o Comitê estiver de acordo com esse entendimento, portanto, ficaria constituído um grupo de trabalho, a Secretaria próximamente marcaria uma data para fazer uma primeira reunião do grupo para examinar, começar a examinar o documento 220.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, no quero deixar passar a oportunidade para agradecer a todos os distintos Representantes suas expressões de felicitação para a Secretaria, especialmente ao Embaixador Néstor Cosentino. Alienta-nos muito a maneira como se expressou. Cremos que nossa relação deve estar em um âmbito muito positivo e muito construtivo.

PRESIDENTE. Muito bem, se o Comitê estiver de acordo procederemos dessa maneira com relação a esse trabalho.

Passamos a outro ponto da agenda. Dado o adiantado da hora sugeriria que esse relatório sobre o sistema de computação que talvez leve um tempo mais extenso, ficasse para o primeiro item da agenda da próxima sessão e que passemos rapidamente para o item 9 que é "informação das reuniões as quais assistiu a Secretaria-Geral".

Assim se procede.

8. Relatório sobre o sistema de computação.

- Adiado.

9. Relatório das reuniões as quais assistiu a Secretaria-Geral

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, sim gostaríamos de oferecer várias informações.

A primeira é uma proposta da Secretaria.

O Embaixador Oliveri López está um pouco delicado de saúde e simplesmente queremos propor que se lhe envie uma mensagem do Comitê de Representantes para desejar-lhe uma pronta melhoria restabelecimento. Aparentemente não é grave, mas o Embaixador Oliveri está convalescente.

Também queremos informar uma gratíssima notícia, que a distinta Representação da Argentina veio de comunicar-nos, um segundo cheque por valor de um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil dólares.

- Aplausos.

SECRETARIO-GERAL. Que somado a seiscentos e cinquenta mil dólares -aqui está o cheque- dá dois milhões duzentos mil dólares aproximadamente.

/sm

A Secretaria deseja agradecer imensamente à Representação da Argentina, especialmente ao Ministro Maria Esther Bondanza, quem foi muito diligente e sofreu muito com este tema durante mais de três anos, e a todos os que colaboraram, porque houve mais pessoas que colaboraram nesta cobrança, especialmente alguns amigos na Chancelaria, como o Doutor Raúl Carignano e outros.

Também recebemos, como os senhores sabem cem mil dólares da Representação da Colômbia, que teve o prazer de trazer de minha viagem à Bogotá, onde pude exercer meu trabalho de cobrador. A Representação da Colômbia não está presente neste momento.

É também a quota do México de duzentos e cinquenta mil trezentos e trinta e nove dólares, que cobre totalmente este ano. A Colômbia cobre este ano e parte do próximo, pelo qual realmente estamos superando a situação em muito boa forma. Obviamente, estão pendentes outras contribuições, todas de grande importância. Esperemos que estas sirvam de exemplo para os demais países. Realmente a normalização financeira da Associação é fundamental para adiantar nossos trabalhos. Os senhores constataram que a Conferência de Avaliação e Convergência foi adiada por não ter o dinheiro suficiente para contratar os estudos que devíamos.

De tal maneira que agradeço imensamente a todos essa boa vontade.

Desejo comentar-lhes que estive em Bogotá em um foro para comemorar o ano da infausta desapareição de Luis Carlos Galán que foi um latino-americanista, um integracionista por natureza e com motivo disso foi celebrado um foro chamado "Integração e Democracia", que demonstra o integracionista que era o Doutor Galán. A importância que dá o novo Governo colombiano a este tema produz ao Secretário-Geral uma grande satisfação e otimismo.

Neste foro participaram conferencistas de grande valor. Foi aberto pelo Presidente da República César Gaviria e também intervieram o Ministro da Fazenda, o Ministro de Desenvolvimento, o Ministros das Relações Exteriores, o ex-Presidente Virgilio Barco, o Doutor Enrique Iglesias, um Representante da Comunidade Européia, o Chanceler do México cuja intervenção foi muito importante, muito interessante e que distribuirei aos senhores. Participou também o Doutor Raúl Carignano da Argentina com uma maravilhosa intervenção quem lhes está falando e um membro da Junta do Acordo de Cartagena. Foi para mim, para o Secretário-Geral, muito importante. Realmente na Colômbia há dez anos não se falava de integração. Pensamos que nesta nova administração a Colômbia terá uma participação muito mais direta nestes assuntos e significará uma contribuição muito importante para nossos propósitos.

10. Outros assuntos.

SECRETARIO-GERAL. Queremos também informar aos senhores que depois de amanhã, já receberam a convocação do Comitê de Representantes, recebemos o Senhor Mulford, Subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos. Temos previsto interpretação simultânea inglês-espanhol, espanhol-inglês. O Embaixador Barbosa teve a gentileza de

/sm

informar-nos que falará em inglês ou em espanhol, o que nos evita fazer arranjos na outra cabina porque temos capacidade somente para dois idiomas o inglês e o espanhol.

Estamos trabalhando na Secretaria preparando esta reunião, e estamos pensando estabelecer uma espécie de termos de referência para organizar nossos trabalhos frente à iniciativa do Presidente dos Estados Unidos. A reunião será às nove da manhã. Não sei se sobre isto os senhores fariam perguntas.

Por outro lado, desejo agradecer aos senhores imensamente sua colaboração pelos resultados do seminário. Vi o seminário como um grande êxito. Creio que foi algo muito positivo. A presença do Senhor Presidente do Uruguai e de tão ilustres personagens, a participação de todos os senhores e o entusiasmo que puseram nisso foi definitivo para o resultado feliz e importante que tivemos neste atos comemorativos.

A medalhinha teve grande sucesso, lamentavelmente pronto escapearão, mas teve grande efeito.

Gostaríamos Senhor Presidente, para finalizar, de solicitar autorização ou o mandato do Comitê para iniciar os trabalhos de um dos temas. Concretamente, queremos realizar - como já o manifestei - um âmbito de referência ao redor da iniciativa do Presidente dos Estados Unidos em segundo lugar, também, um âmbito de referência ao redor das negociações que adiantaram o Brasil, a Argentina e o Uruguai, inicialmente. A Secretaria desejaria participar, estima que seria importante a contribuição que poderia fazer do ponto de vista puramente técnico para estes dois esforços. De tal maneira que gostaríamos de iniciar esses trabalhos o mais rápido possível, Senhor Presidente.

Trata-se de uma zona de livre comércio que inclui também o Chile, Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai.

Outro ponto que desejaria informar é que a próxima segunda-feira o Doutor Jorge Cañete e eu estaremos de visita oficial na República do Paraguai pelo gentil convite do Governo desse país através do Embaixador Antonio López. Estaremos segunda-feira, terça e quarta, e sexta virá aqui à Associação o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Paraguai para o qual organizaremos um Comitê Extraordinário. Será sexta-feira, dia 31.

Representação da ARGENTINA (María Esther T. Bondanza). Senhor Presidente, a respeito da última manifestação do Secretário-Geral, a quem por outro lado lhe agradeço seus comentários iniciais, desejo referir-me aos estudos que fazia a ALADI a respeito dos temas que manifestou. Vemos com beneplácito, o interesse da ALADI em propiciar estudos do ponto de vista técnico que aliás, surgem de recomendações ou de mandatos. Mas de qualquer maneira como é um tema que damos muito importância e como sabemos que a Secretaria está dedicada a uma série de temas de grande envergadura, simplesmente, e dado o avançado da hora, talvez em uma próxi-

/sm

300

ma reunião formal ou informal pediria que a Secretaria nos desse alguma outra precisão sobre que tipo de estudos vai encarar para que possamos entre todos coordenar-nos de maneira que resultem da maior utilidade.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, a reunião de depois de amanhã às nove horas, entendo que é privada, qual o alcance? - por ignorância pergunto- o Representante vem com o Alterno somente ou vem... Que significa privada, Senhor Presidente?

PRESIDENTE. Não, a reunião privada saiu por iniciativa da Secretaria. É uma reunião informal. O que ocorreu foi que o Encarregado de Negócios dos Estados Unidos me telefonou para pedir-me que falasse com os senhores para ver se estavam de acordo em ter uma reunião informal com o Subsecretário Mulford para discutir a questão da "Iniciativa para as Américas". Fiz a sondagem, falei com todos, estavam de acordo, informamos à Embaixada que o Comitê de Representantes estava de acordo em receber a Mulford para uma reunião informal, informal quer dizer que somente estarão presentes as Representações, os Representantes, os Representantes Alternos, a Embaixada Americana, o Subsecretário e a Secretaria. Haverá uma exposição de Mulford. Não sei que vai dizer e depois, se houver tempo, haverá algumas perguntas dos Representantes para o Subsecretário. Teremos cinquenta minutos; a reunião começará às nove horas em ponto, começaremos com quem estiver aqui às nove da manhã. Porque às dez o Subsecretário tem um encontro com o Ministro Braga. Então, deverá sair às dez para as dez. Então, teremos cinquenta minutos para conversar com ele. Estas são as informações que tenho sobre isto.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, considero vital ter oportunidade de formular perguntas muito precisas ao Senhor Mulford, de maneira que todas as intervenções sejam mais curtas para que o debate não seja muito longo.

PRESIDENTE. Faremos chegar à Representação Americana o interesse do Comitê de fazer algumas perguntas, para que não fale todo o tempo.

Sobre esse ponto, alguma outra observação?

SECRETARIO-GERAL. Sobre esse ponto. Sim, evidentemente, fiquei frustrado da reunião que mantivemos com o Embaixador Matutes da Comunidade Européia. Essa visita se perdeu totalmente. Creio que sim valeria a pena fazer um esforço para fazer quase que um roteiro das perguntas que faremos aqui, porque a vinda de Matutes sim foi um desastre e creio que se levou uma muita má impressão da Associação.

PRESIDENTE. Já está prevista uma reunião de coordenação exatamente para isso.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Bem, a respeito da visita do Senhor Subsecretário dos Estados Unidos, entendemos que talvez, já que será somente limitada às Representações, ao titular e ao alterno, talvez deveria ser além de infor-

/sm

mal, privada. Um pouco devido à imprensa e demais, não sei se estarão presentes ou não. Mas se se está limitando tudo pareceria indicar que é privada a reunião. Isso quanto ao término. E um pouco para tranquilizar os nervos causados pela última intervenção do Secretário-Geral. Era costume do Comitê de Representantes que somente o Presidente dera as boas vindas aos hierarcas que visitavam a Instituição. Um pouco talvez por essa tradição de não fazer uma rodada de intervenções que seria uma questão muito longa, estivemos um pouco tímidos por ocasião da visita do Secretário Matutes. Mas de qualquer forma estamos superando essa etapa porque coordenaremos esta próxima visita.

Queria anunciar que efetivamente o Secretário-Geral e o Subsecretário, o Doutor Jorge Cañete Arce e o Embaixador Ordóñez estarão em Assunção em visita oficial de 27 até 29 próximos e que o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, o Professor Doutor Alexis Frutos Vaesken terá o gratíssimo prazer de visitar a sede da ALADI às dez da manhã da sexta-feira 31 para poder tomar contato direto com esta Organização. E talvez aproveitará a oportunidade para aderir ao Acordo de alcance parcial de cooperação, intercâmbio de bens nas áreas cultural, educacional e científica, como também para subscrever o acordo de promoção de turismo que está pendente por nossos países.

Essas seriam as ações que se desenvolveriam aqui na sede da Associação.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, gostaria de fazer referência à autorização que pedia o Secretário-Geral para avançar em um âmbito de referência, com os estudos sobre a "Iniciativa para as Américas".

Senhor Presidente, igual do que a Argentina, gostaria, primeiro de ter maiores elementos de juízo sobre esse aspecto que ela pensa focar a Secretaria-Geral para fazê-lo de conhecimento de nossas autoridades. Entendemos que até o presente o Comitê aprovou uma resolução apesar de não haver cada país examinado o tema. Portanto, sim, gostaríamos que antes de avançar a Secretaria em um âmbito de referência, houvesse maior transparência, maior informação para que as capitais possam saber o que fará a Secretaria-Geral.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Senhor Presidente, a respeito da reunião da próxima quinta-feira, salvo que houvesse alguma limitação que eu desconheça, de tipo numérico, solicitaria que as Representações que, assim o desejassem pudessem estar presentes na sua totalidade. Não sei se nas conversações com a Embaixada dos Estados Unidos houve algum problema nesse sentido. Mas geralmente as que tem sido de caráter privado, tem sido sem a presença de jornalistas, mas as Representações podem estar presentes e assistir geralmente na sua totalidade.

E uma pergunta populista, que possam estar os Secretários também, salvo se houvesse algum impedimento numérico.

PRESIDENTE. Não, não há. A idéia é que como se trata de uma reunião mais fechada, evidentemente privada no sentido de que não

/sm

haverá nenhum outro funcionário, nenhuma pessoa estranha além da Secretaria e dos Representantes, que como é uma coisa muito rápida, procuraram-se as pessoas mais graduadas. Mas não há inconveniente em permitir a presença daqueles que as representações estimarem conveniente. Não temos a intenção de excluir ninguém.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, considero muito bom que a reunião da quinta-feira seja previamente concertada e que tenhamos a oportunidade de intercambiar opiniões e fazer perguntas ao Senhor enviado pelo governo americano. Quero referir-me expressamente ao manifestado pelo Senhor Embaixador do Paraguai e ao Senhor Secretário-Geral. Por ocasião da visita do Senhor Matutes considero que resultou um pouco fria e inclusive devo esclarecer que a Presidência, que como os Senhores lembrarão, estava a meu cargo, no final recebimos como sugestão ceder a palavra àqueles que desejassem intervir. Eu, como Presidente, tive o seguinte dilema, entendia que se atuava como fora do normal, do corrente. E perante a disjuntiva que alguns Embaixadores tivessem algum acordo ou algumas perguntas para fazer e para não pecar de ditador, sai um pouco do protocolo e di a palavra que caiu em um silêncio muito incômodo que afortunadamente o Senhor Embaixador da Argentina, Oliveri López salvou a situação.

Mas creio que não haverão mais situações e a da quinta-feira se for bem coordenada, creio que resultará uma reunião muito positiva.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, para finalizar. Efetivamente o problema foi que tínhamos o costume de que nas reuniões protocolares somente o Presidente intervia em nome de todos os Representantes. Mas não é a mesma coisa esta reunião porque é informal. De qualquer maneira também poderíamos prever para as futuras reuniões, embora sejam protocolares, que algumas intervenções sejam coordenadas para não ter de fazer toda uma rodada porque os latino-americanos às vezes queremos não deixar passar a oportunidade, os senhores me compreendem.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, acordamos com a Embaixada americana que na entrada estivesse a imprensa e fizessem algumas fotografias e depois saíssem do recinto.

Representação do BRASIL (Paulo César Omargo). Em "Outros assuntos" e devido ao adiantado da hora, a Representação do Brasil queria fazer somente dois pedidos rápidos de informações.

Primeiro, gostaríamos se fosse possível, em uma próxima reunião da Comissão de Assistência e Cooperação Técnica, ter informação sobre o andamento das negociações da ALADI para o recebimento de fundos do Fundo Pérez Guerrero das Nações Unidas. Nós sabemos que teria uma cifra de cento e vinte mil dólares para que a Associação desenvolva trabalhos em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Gostaríamos de saber como anda isso.

E segundo, como hoje não houve tempo, talvez sim na próxima sessão do Comitê, gostaria de que nas explicações sobre viagens da Secretaria-Geral fosse mencionada a reunião sobre sementes que houve em Santa Cruz de la Sierra e sobre a reunião sobre a integração de ferrovias que houve em Santiago do Chile na qual se tratou o projeto "Libertadores".

PRESIDENTE. Na próxima reunião, então, a Secretaria forneceria essas informações.

Não havendo outro ponto na agenda, encerra-se a sessão.

/sm